



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 084

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 084

78ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 16

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Dr. Batista..... 21

Dep. Professor Lemos..... 21

Dep. Reni Pereira..... 22

Dep. Rosane Ferreira 23

Grande Expediente:

Dep. Mário Roque 24

Dep. Stephanes Júnior 26

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 23

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni27

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi30

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício31

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró33

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....33

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli35

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente37

Discussão/Votação

Requerimentos38

Encerramento da Sessão:41

Publicações:

Ata de Comissões

Redação42

Direitos Humanos e Cidadania ..42

Publicações Administrativas:

Minutas de Contrato42

Resumo de Pregão43

DIÁRIO Nº 084

78ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE AGOSTO DE 2009**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse,

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Caíto Quintana, Fábio Camargo, Luiz Accorsi, Nereu Moura e Osmar Bertoldi (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Mauro Moraes e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os n.ºs CEE/CC 2476, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489 e 2490/09 da Sra. Maria Cecília Centa do Amaral, Chefe da Casa Civil em exercício, comunicando que o Sr. Roberto Requião, Governador do Estado SANCIONOU os Projetos de Lei n.ºs:

247/09: Do Tribunal de Justiça que, dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados em 5,90%, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16165. **Anote-se - Arquivo-se.**

273/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica, ao Município de Lunardelli, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16171. **Anote-se - Arquivo-se.**

243/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao

Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16168. **Anote-se - Arquivo-se.**

153/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16170. **Anote-se - Arquivo-se.**

225/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16169. **Anote-se - Arquivo-se.**

226/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Matelândia, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16174. **Anote-se - Arquivo-se.**

208/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16173. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Quedas do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16172. **Anote-se - Arquivo-se.**

058/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a conceder bolsa-auxílio aos estudantes de origem angolana, deficientes visuais, matriculados em instituições de ensino no Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16167. **Anote-se - Arquivo-se.**

268/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica para o pagamento do prêmio do seguro rural, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16166. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os n.º DP 743/09 do Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor-Presidente da SANEPAR, em resposta ao pedido de informações requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que solicita esclarecimentos sobre a previsão dos investimentos para a ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto em Ortigueira. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

Sob os n.ºs AL 000417, 418, 419, 420, 315, 316, 317, 318, 373, 394, 395 e 396 do Sr. Daniel Silva Balaban Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual de Maringá e Governo do Estado do Paraná, junto aos programas PNAE - EJA, PNAEQ, PNAEF - Fundamental, PNAEM - Médio, PNAEP - Pré-escolar, PNAEI - Indígena, PNAEC - Creche, PNAE - EJA, TD - PROJOVEM - Urbano e outros. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO N.º 038/09 - GMM

Curitiba, em 03/08/09.

Prezado Senhor,

Por determinação médica, informo à Mesa Executiva desta Casa que estarei ausente nas Sessões Ordinárias.

rias dos dias 3, 4 e 5 do mês de agosto.

Certo de poder contar com sua atenção, aproveito a oportunidade de reiterar a disposição de nosso gabinete.

Atenciosamente,

(a) MAURO MORAES

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3643

Senhor Presidente:

Tomamos a liberdade de vir à presença de V. Sa. no sentido de solicitar especial atenção ao pedido dos moradores da rua Willian Booth - Bairro Boqueirão, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo com viaturas naquela região. Ocorre que no local existe um mercado e estão ocorrendo muitos assaltos, sendo vítimas com maior incidência as mulheres.

Certos do pronto atendimento, desde já antecipamos nossos melhores agradecimentos.

Ao ensejo, renovamos protestos de consideração e respeito, subscrevendo-nos.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3675

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do plenário desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 24 de agosto do corrente, no período das 8h30 às 12h, sob o tema pagamento de precatórios aos servidores públicos estaduais.

O não pagamento dos créditos precatórios pelos Governos tem sido tema de grande polêmica em todo o País, em especial aos servidores aposentados que não conseguem receber a dívida, causando imensos transtornos à categoria. Saliente-se que no caso dos aposentados a situação torna-se ainda mais injusta por se tratar, na maioria dos casos, de idosos que podem chegar a não receber os precatórios.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 3623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 359/09, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama, por existir a Lei nº 16154, de 20/07/09.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3669

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 03 do mês corrente, devido a resfriado.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Delena Mattos dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Divanir Pousin de Campos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Florisbela de Moura Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Isabel Witelchen, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3602

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Paes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3603

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neide Maria Silvestre, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3604

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nilda Barrichelo Taques, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3605

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdemar Schram, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3606

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eliane Aparecida Micliorini, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francisco Moro Cuevas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Luiz Kruchinski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leoni Carbonar Pina, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Tozetto, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria da Luz Macoski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3612

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mario Augusto de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nair Mendes de Moraes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Luiza Mendes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nestor Luiz Gogo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Wilson Teixeira Quadros, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Solange Terezinha Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sebastião Leonilton dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na Cidade de Castro, do Vereador Marcos Simão.

Marcos Simão que estava no seu quinto mandato de Vereador, sempre teve um trabalho voltado para as mais legítimas reivindicações da comunidade de Castro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3637

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 16 de julho do corrente ano, do Sr. João Batista Ferreira da Cruz.

João Ferreira, 74 anos, como ficou conhecido, nasceu em 23/06/35. Deixa viúva a Sra. Elozi Ferreira da Cruz, com quem foi casado por quase 50 anos, e os filhos Paulo, Beatriz e Rosana, além de dois netos, Emanuel e Bruno, ambos filhos de Rosana.

Empresário até o final de sua vida, João Ferreira foi certamente um dos políticos mais importantes de São José dos Pinhais, atualmente o principal Município da Região Metropolitana de Curitiba, em população e área territorial.

Sua carreira política remonta aos idos de 1963, quando foi eleito Vereador pela primeira vez, ainda quando este cargo não era remunerado. A esta eleição somaram-se outras cinco, totalizando seis mandatos, ou 24 anos de inestimáveis serviços prestados ao Legislativo.

Em 1982, João Ferreira venceu as eleições para Prefeito, quando a legislação estipulava mandato de seis anos, permanecendo à frente do Executivo até o final de 1986. Nos quatro anos seguintes, dedicou-se às suas empresas. No ano de 1992, incentivado pelos amigos e convocado pela população, aceitou submeter-se novamente à vontade das urnas, elegendo Prefeito para um período de quatro anos, permanecendo na Prefeitura até o final de 1996. Foi neste período, especialmente no último ano, que João Ferreira teve o privilégio de conduzir a implantação do pólo automotivo de São José dos Pinhais, com a criação e implantação da Companhia de Desenvolvimento do Município - CODEP.

Em perfeita sintonia com o Governo do Estado, João Ferreira definiu a implantação da montadora francesa Renault na região da Borda do Campo, participando e discursando na solenidade de lançamento da pedra fundamental. Foi a implantação da Renault do Brasil que viria a incentivar a formação do terceiro maior polo automotivo do País, com a vinda de dezenas de empresas fornecedoras e de outras quatro montadoras internacionais: Nissan, Audi e Volkswagen.

João Ferreira, no entanto, ficará na memória de todos os que o conheceram, principalmente os são-josenses de nascimento ou de coração, pelo seu jeito simples, pela sua maneira humilde e meritória de governar.

Nas festas, comparecia com seu famoso carro de som, que animava a todos; nas enchentes que assolavam as regiões mais pobres, era o primeiro a chegar, com suas botas de campanha, para pessoalmente retirar e prestar assistência aos desabrigados. Em pelo menos duas oportunidades, em seus dois períodos de Governo, isentou todos os proprietários de imóveis do pagamento do Imposto Predial, onerando os imóveis vagos, para dificultar a especulação e incentivar a construção de moradias.

Uma das grandes obras de João Ferreira foi a duplicação da avenida Rui Barbosa, no trecho mais importante, que vai da avenida da Torres até a BR-277,

que no seu segundo Governo também teve encaminhada a construção de trincheira. O falecimento de João Batista Ferreira da Cruz deixa uma lacuna difícil de ser reparada. Foi um homem de seu tempo. Respeitado como chefe de família e homem público, até mesmo pelos adversários, manteve sempre excelente relacionamento com todos.

Por tudo isso, deixa sua passagem terrena marcada entre os que o conheceram por sua conduta simples e amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, prestando inestimável colaboração à sociedade, sempre ao lado de uma família unida e solidária.

Sua passagem deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram a grande oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou de sua convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimento de pesar pelo seu falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 3644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Johnson Afornali, pelo falecimento da Sra. Maria Ismênia Johnson Afornali, ocorrido no dia 02 de agosto do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Johnson Afornali, através de correspondência a ser encaminhada.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Nilo dos Anjos Lima, ocorrido no dia 01 de agosto do corrente em Agudos do Sul.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no Município de Agudos do Sul o Sr. Nilo dos Anjos Lima. Deixou viúva a Sra. Lurdes Konopka de Lima, deixou ainda três filhos e quatro netos. Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos paren-

tes e amigos. Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Nilo dos Anjos Lima, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lima, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3647

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do engenheiro Sr. Rubens Meister, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital no último dia 29 aos 87 anos de idade o Sr. Rubens Meister. Deixou viúva a Sra. Heliane e as filhas Janice, Tâmara e Regina, três netos e dois bisnetos.

O saudoso engenheiro Dr. Rubens Meister, foi um grande criador de marcos da arquitetura paranaense, como o Teatro Guaírá, o Centro Politécnico, a Rodoferroviária, foi protagonista de um dos capítulos mais importantes da Cultura do Estado do Paraná. Criou o curso de arquitetura da Universidade Federal do Paraná.

É com a voz entrecortada pela emoção que rasculho este requerimento, para dirigir as últimas palavras ao nobre amigo na hora da derradeira despedida. Soubeste vencer todos os obstáculos na luta ingente a que ativaste. Seu exemplo permanecerá redevivo entre os pósteros como uma lição de incentivos.

Aceitai, pois a despedida dos teus entes queridos que aqui ficam dizendo o último adeus que com lágrimas nos olhos lhe afirmaram que podes repousar tranquilo, pois tudo faremos para que sua vida permaneça para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e de coragem.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Meister, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da

Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Alice Santana Pinto.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 23/07/09 a Sra. Alice Santana Pinto, com 84 anos de idade. Deixa viúvo o Sr. João Santana Pinto. Deixou ainda 10 filhos e 21 netos. Entre os anos de 1989 a 1992, foi a 1ª Dana do Município de Quitandinha.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Alice Santana Pinto.

O destino roubou-a ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes, amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Alice, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Helio Botura.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 69 anos de idade, faleceu no último dia 28/07/09, o Sr. Helio Botura, no Município de Munhoz de Mello. Deixou viúva a Sra. Marlene Manzano Botura, três filhas e cinco netos.

O passamento de Helio Botura, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusam-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos o Pai celeste, que nossos amigos e familiares do Sr. Helio Botura, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Botura, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3655

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Monsenhor Francisco Lesniowski.

Requer, outrossim, envio de votos de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Monsenhor Francisco Lesniowski foi o oitavo vigário da Paróquia Nossa Senhora das Candeias, tendo sido empossado no dia 01/07/90. Naquela época, a comunidade católica estava um pouco dispersa, e com um trabalho voltado para a evangelização e para a liturgia, conseguiu aglutinar novamente os católicos em torno da igreja.

Quando o Padre Francisco assumiu, o prédio da igreja matriz apresentava vários problemas, como avarias no telhado, que provocaram goteiras, e uma de suas primeiras providências foram da área pastoral foi a de promover uma reforma no prédio da igreja.

Outra providência foi a de realizar a demolição do prédio do antigo Cine Teatro Goioerê, que havia sido condenado pela Prefeitura e ameaçava desabar.

Aos poucos, as pastorais e outros movimentos da igreja foram ganhando novo alento desenvolvido pelo Padre Francisco.

Desde a sua chegada a Goioerê, o Padre Francisco vislumbrou a necessidade de um local adequado para as aulas de catecismo e outras atividades da igreja, e planejou a construção do Centro Catequético, que foi inaugurado em 07/09/99.

O trabalho desenvolvido pelo Padre Francisco Lesniowski desde a sua ordenação, em 13/08/50, sempre obteve o reconhecimento de todos que o cercaram, e no dia 28/04/96 ele recebeu o título de Monsenhor, concedido pelo Papa João Paulo II, e que lhe foi entregue pelo então Bispo Diocesano, Dom Virgílio de Pauli, em missa solene realizada na igreja matriz.

A comunidade goioerense também reconheceu o trabalho do Monsenhor Francisco, que no dia 13/02/00 recebeu o título de Cidadão Benemérito do Município.

O trabalho pastoral do Monsenhor Francisco também teve o reconhecimento da Diocese, e na Assembleia Diocesana realizada no dia 15/11/96, em Campo Mourão,

ele foi nomeado Vigário Geral, exercendo o cargo até 22/02/99. Ele voltou a ser nomeado Vigário Geral em 19/05/01, por ato do bispo diocesano Dom Mauro Aparecido dos Santos.

O Monsenhor Francisco foi também responsável pela completa remodelação da igreja matriz de Nossa Senhora das Candeias, primeiro com a construção da torre, depois com a substituição dos vitrais e por último remodelação de todo o interior da igreja. Ele morreu sem ver concretizado o sonho de remodelar a parte externa da igreja. Ele também era o provedor da Santa Casa de Goioerê. (do livro “50 Anos de Luz”, escrito pelo jornalista Hélder Villela)

REQUERIMENTO Nº 3679

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, à família Lazarini pelo falecimento do Sr. Fernando Lazarini, ocorrido no dia 18/07/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao pai, Sr. Diamiro Lazarini.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3680

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, à família Arcie pelo falecimento da Sra. Juliane Polli Arcie, ocorrido no dia 26/07/09, no Município de Bocaiúva do Sul.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao pai, Jonas Tadeu Arcie.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3681

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, à família Mottin pelo falecimento da Sra. Alzira Ivete Busato Mottin, ocorrido no dia 27/07/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a filha, Sra. Maria Ângela Mottin.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3682

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário

respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, à família Kubis pelo falecimento do Sr. Sergio Antonio Kubis, ocorrido no dia 17/07/09, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a esposa, Sra. Maria Áurea D'Agostin Kubis.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3639

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Exma. Sra. Ângela Khury Munhoz da Rocha, em razão da nomeação ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná.

Aos 45 anos de idade, mulher do médico Luiz Eduardo Munhoz da Rocha e com uma filha de 10 anos, a Desembargadora teve ascensão rápida. Um ano depois de se formar em Direito pela UFPR em 1986, já entrava para o Ministério Público como Promotora de Justiça substituta em São José dos Pinhais. Passou por comarcas do interior e desde 1990 está em Curitiba.

Trata-se de conquista que enobrece a participação que enobrece a participação da mulher nos destinos da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3640

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à gerente da Secretaria de Turismo de Maringá, Rosângela Danielides, em razão da posse como Presidente do Fórum dos Secretários e Dirigentes de Turismo do Paraná.

O Fórum Estadual de Turismo visa articular junto às instituições federais, estaduais, públicas e privadas os direcionamentos dos Municípios, recursos e políticas destinadas ao desenvolvimento sustentável do turismo.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Goioerê pela comemoração de seus 54 anos, no próximo dia 10/08/09.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz Roberto Costa, Prefeito

Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. José Torres da Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Goioerê.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 10 de agosto, quando o Município de Goioerê estará completando seus 54 anos.

Saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores desse importante Município que vem sendo administrado por pessoas competentes cuja luta é inspirada no desejo de bem servir.

Entregar-se ao estudo dos problemas do povo, com sacrifício de seus próprios afazeres; abdicar do direito ao descanso, para trabalhar pelos interesses do Município; sacrificar o aconchego da família para zelar pelo bem-estar de seus conterrâneos, requer heroísmo e imensa dose de coragem.

Sabemos que a célula-mater da nação está no Município. A este, portanto, todos os cuidados dever ser prestados, uma vez que sobre ele repousa o progresso do Estado.

Através desta proposição, pretendemos homenagear todos os administradores que prestaram relevantes serviços em benefício da laboriosa população de Goioerê.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, pela comemoração dos 54 anos do Município.

REQUERIMENTO N° 3650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a Firma TRATORAÇO e Mercado de Correias Ltda desta Capital, pela passagem de seus 15 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos Srs Proprietários: Adolfo Cesar Knopik, Jorge Alberto Knopik e José Tadeu Knopik.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

E data de 04/08/09 a firma TRATORAÇO, completará 15 anos de existência.

A mencionada firma atende as mais variadas linhas de peças para Tratores, Indústrias e Agrícolas, além de toda linha de correias em geral. Oferece produtos de altíssima qualidade para solucionar o problema de reposição em todo o Brasil.

O Comércio tem sido em todas as épocas o propulsor da civilização. Se recuarmos as eras mais remotas, veremos que foi através do comércio que os povos entra-

ram em contato uns com os outros. Beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta de riquezas, como na difusão de conhecimento úteis.

O Comércio exerce no organismo de um povo a função de distribuidor dos bens.

Aos senhores proprietários e auxiliares da firma TRATORAÇO, os nossos maiores aplausos e votos de progresso na firma a qual dedicarão seus esforços.

REQUERIMENTO N° 3651

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Jornal Folha de Londrina pela reportagem publicada no dia 22 de julho último com o seguinte título “Maracujás mais doces em Corumbataí do Sul”.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, Diretor Superintendente do Jornal Folha de Londrina bem como aos Srs. Prefeitos e Presidentes das Câmaras de Vereadores de Corumbataí do Sul, Barbosa Ferraz, Fênix, Peabiru, Campo Mourão, Araruna, Luiziana, Mamborê, Janiópolis, Farol, Boa Esperança, São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí, Godói Moreira, bem como ao professor Dr. João Carlos Leonello da Faculdade Estadual de Ciências e Letras (FECILCAM) de Campo Mourão e ao Sr. Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul (APROCAR).

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Estado do Paraná, que saudar uma instituição capaz de encarar o futuro com aquela invisível confiança transmitida pelo Jornal Folha de Londrina para testemunhar com sucesso a capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios na área da Agricultura.

Os primeiros homens foram agricultores. Foi o seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento.

Não foi, pois, às artes e as ciências que o homem dedicou os primeiros albores de sua inteligência e sim a agricultura. Não é sem, razão, pois, que ela é tida como Indústria mãe.

Quantos não são os grandes nomes celebres da história no terreno das ciências e das artes, que não desdenharam de se entregar ao labor fecundo dos campos?

A Agricultura produz a matéria-prima que a Indústria consome, razão pela qual uma grande Indústria necessita ter a condicioná-la uma agricultura orientada pela técnica e pela ciência.

Já se foi o tempo em que empirismo reinava. Na época em que vivemos o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros de antanho.

Hoje, o serviço da agricultura está a ciência e o homem de estudos. Fiquem, portanto, certos os senhores agricultores que o meio de vida que abraçaram é um dos mais nobilitastes dentre todas as atividades a que o homem possa se entregar.

Explorar a terra, cultivar as árvores e os cereais, desenvolver a Pecuária é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades do homem.

A agricultura é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana.

REQUERIMENTO N° 3672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Operário Ferroviário Esporte Clube, de Ponta Grossa, pela volta à primeira divisão, elite do futebol paranaense.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para o Presidente, Sr. Carlos Roberto Iurk.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 3635

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Junior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos do louvor e congratulações ao Sr. Edmilson Santana dos Santos - Mestres Esquiva.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) STHEPANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Mestre Esquiva, já fez diversas apresentações, participou de inúmeras competições e tem divulgado a Capoeira de forma brilhante, conquistando muitos adeptos e praticantes, principalmente enaltecendo a filosofia da sua prática, como um instrumento de qualidade de vida.

Parabenizo pelo seu trabalho na área esportiva, como Contra Mestre Capoeira, não só pela sua atuação, como também pela dedicação na prática desportiva, como também pela ação sócio comunitária.

REQUERIMENTO N° 3636

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Junior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos do louvor e congratulações aos 10 anos da Baggio Pizzeria & Focacceria.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) STHEPANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Parabenizo a Baggio Pizzeria & Focacceria pelos 10 anos de história, de simplicidade, aconchego, originalidade, que conquistaram o respeito e a confiança de seus clientes, transformando a pizzeria em um grande sucesso.

REQUERIMENTO N° 3663

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Junior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Vereador e Presidente da TOF - Torcida Os Fanáticos, Julio Cesar Sobota.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) STHEPANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Julio Cesar Sobota, conhecido como Julião da Caveira, nasceu em Curitiba em 22 de abril de 1969. É casado e pai de dois filhos. Foi eleito Vereador pelo PSC, com 4041 votos. Entrou para a torcida Os Fanáticos em 1982 e, desde 1999, atua como presidente. Tem histórico de atuação social, trabalhando em conjunto com a torcida na promoção de doações aos moradores de rua, asilos e creches. Afirmou levar para a política sua preocupação com as necessidades das população. Visando promover a transformação da cidade, estão entre as propostas do Vereador os investimentos em assistência social às crianças, adolescentes e idosos em situação de risco, conscientização da população sobre a importância da participação política, promoção de políticas de incentivo ao esporte como forma de combate à violência e a implantação de projetos que visem dar qualidade de vida e oportunidades aos cidadãos de Curitiba.

Julio Cesar nunca se interessou por política, mas atendeu ao apelo dos amigos, que pediam pela candidatura. Ele acredita que pessoas ligadas ao esporte dentro da política podem facilitar as negociações, buscando reconhecimento e reivindicações. Como Vereador, afirma que seu trabalho é voltado para as pessoas que realmente necessitam, sem rotular classes, credos, "cores da camisa", mas, sim, atendendo as necessidades básicas para que o ser humano viva com o mínimo de dignidade. Julio Cesar Sobota tem projetos voltados aos esportes, que vão desde o incentivo da prática nas comunidades carentes, praças, parques, escolas, até oficinas, gincanas, cursos profissionalizantes, torneios para toda comunidade, tirando a atenção das drogas e do crime.

No futebol, quer diminuir a violência entre as torcidas, criando um canal pacífico de diálogos entre as autoridades e os torcedores, e fornecer ônibus, em dias de clássicos e jogos de dois ou mais times na capital, contribuindo para o fortalecimento do esporte no Paraná.

REQUERIMENTO N° 3666

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à RMB Máquinas e Embalagens Ltda., na pessoa de seu presidente Hamilton Luiz Lima Reis.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Atuando há mais de 18 anos no mercado, com total dedicação e qualidade para atender os anseios de seus cli-

entes, a empresa foi fundada em 1991 com a denominação inicial de Reis Menegusso & Bernardi, sendo a sucessora hoje a atual RMB Máquinas e Embalagens Ltda., está instalada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Com sua sede instalada e localizada em área privilegiada, no bairro de Santa Felicidade totalmente arborizada e de fácil acesso. Sendo o Paraná um dos Estados mais promissores do País como área industrial, sendo também conhecido internacionalmente devido a instalação de várias multinacionais, e na área agrícola onde a ecologia é prioritária.

Seu sistema de atuação permite um canal de comunicação rápido e ágil, constantemente são pesquisados hábitos de compra e necessidades de consumo, e o mesmo cuidado que a empresa tem com os produtos que são distribuídos também se reflete no atendimento diferenciado aos clientes.

Entregas frequentes e pontuais em veículos especializados, treinamento de funcionários para permitir o melhor resultado na utilização dos produtos, destaca-se ainda e fundamentalmente que o maior interesse é a satisfação dos clientes e onde está construindo uma história, sem dúvida de grande sucesso.

Contando com mais de 50 colaboradores que residem no mesmo bairro, a RMB Máquinas e Embalagens vem trabalhando sempre no sentido de aprimorar e fornecer produtos e equipamentos de alta qualidade para frigoríficos, supermercados, laticínios, restaurantes, cozinhas industriais, indústrias farmacêuticas, panificadoras, acougues, entre outros.

Comercializando as seguintes linhas de embalagens:

- Linha Meiwa - Linha filme de PVC - PVC para embaladoras automáticas - PVC termo encolhível e filme streche para paletização - Linha RMB VAC - Linha Oriental - Linha de almofadas absorventes - Linha Isoterm - Linha Mult Bazar - Linha de máquinas;

- Linha Pack Mix - Película de policloreto de vinila (encolhível e esticável) livre de DOP (prejudicial a saúde) - Linha Mult Usos Potes com lacre - Linha de embalagens de alumínio - Linha de Paleta e Piso Plásticos - Linha Varejo - Embaladora Manual.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 360/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores de Aluguel de São Miguel do Iguaçu - AMASMI, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu - PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores de Aluguel de São Miguel do Iguaçu - AMASMI, situada a av. Iguaçu, 91 - bairro Floresta - São Miguel do Iguaçu - PR, fundada em 01/12/06, sem fins lucrativos, com objetivos de propiciar aquisição de lotes para construção de habitação e preço de custo, oportunizar aos associados a possibilidade de contribuir com seu próprio esforço, adquirir terras urbanizadas ou com a finalidade de serem urbanizadas, prover ferramentas, equipamentos e materiais para construção das obras e contribuir para o fomento da cultura e da prática habitacional.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 1856 de 03/04/07.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de utilidade pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10/01/78, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 361/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam inseridas, no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa da Tainha e a Festa do Pescador, a serem realizadas, anualmente, no Município de Paranaguá, no período que começa no final do mês de junho e termina na primeira quinzena de julho.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) MÁRIO ROQUE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de inserir no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Festa da Tainha e a Festa do Pescador a serem realizadas, anualmente, no Município de Paranaguá, no período que começa em junho e termina na primeira quinzena de julho.

Eventos consagrados pela sua capacidade de congrega as comunidades caiçaras do litoral completaram a 24ª edição no último dia 12 de junho, de forma tão brilhante, que faz com que a Festa da Tainha e do Pescador sejam destacado marco do turismo do nosso Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 362/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido, no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, o Dia de Paranaguá em Curitiba, evento organizado, anualmente, pelo Centro Paranaense Cultural de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) MÁRIO ROQUE

JUSTIFICATIVA:

O Centro Paranaense Cultural de Curitiba, vem realizando, anualmente, o Dia de Paranaguá em Curitiba, desde o dia 19/08/06.

Esse evento procura valorizar os artistas plásticos de Paranaguá, através de exposição de seus trabalhos e procurando, também, facilitar a comercialização de suas obras.

O Dia de Paranaguá em Curitiba procura valorizar os paranaenses ilustres que muito fizeram pelo nosso Estado e pelo Brasil, sendo que dezenas deles dão nomes à ruas, praças, escolas na nossa Capital.

Enfim, é um conagração entre os paranaenses e os demais paranaenses, numa linda festa onde a cultura, amizade e a culinária se sobressaem.

PROJETO DE LEI Nº 363/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Instituto Joaquim Cearense, com sede no Município de Itamaracá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Joaquim Cearense, localizado no Município de Itamaracá, é uma instituição sem fins lucrativos que atende pessoas portadoras de necessidades especiais.

Tendo em vista a importância do trabalho desenvolvido por este instituto, necessário a declaração de utilidade pública para possibilitar o seu crescimento e desenvolvimento com parcerias e convênios com órgãos do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 364/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Observados os preceitos contidos no artigo 21, da Lei Federal nº 5991, de 17/12/73, fica vedado, no âmbito do Estado do Paraná, o licenciamento ou sua reválida para a comercialização de medicamentos manipulados por farmácias e ervanárias, sem a respectiva bula, nos termos desta lei.

Art. 2º Atendidas as especificações impostas pela legislação federal, além das informações contidas na rotulagem da embalagem do medicamento, a bula de que trata o artigo anterior deverá conter ainda as seguintes informações ao paciente consumidor:

I - nome e o número do CRM - Conselho Regional de Medicina do médico prescritor;

II - nome do paciente e demais qualificações;

III - número de registro da formulação no Livro de Receituário;

IV - data da manipulação;

V - o número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da farmácia de manipulação ou ervanária;

VI - endereço completo e formas de contato com a farmácia de manipulação ou ervanária;

VII - nome do farmacêutico responsável com o respectivo número do CRF - Conselho Regional de Farmácia;

VIII - que tipos de tratamentos é indicado o medicamento;

IX - a composição do medicamento;

X - a ação esperada do medicamento e o mecanismo de ação;

XI - cuidados para a conservação do medicamento;

XII - prazo de validade;

XIII - indicações para o caso de gravidez e lactação;

XIV - cuidados para administração do medicamento;

XV - hipóteses de interrupção do tratamento;

XVI - reações adversas;

XVII - contra indicações;

XVIII - a Farmacocinética;

XIX - a Farmacodinâmica;

XX - advertências para o uso do medicamento;

XXI - precauções no uso do medicamento;

XXII - interações medicamentosas;

XXIII - eventos e experiências clínicas adversas;

XXIV - posologia;

XXV - questões relativas a superdosagem;

XXVI - especificações da bioequivalência.

Art. 3º Além das especificações constantes do artigo anterior, a bula deverá conter as seguintes advertências:

I - manter sempre fora do alcance de crianças;

II - manter o medicamento em embalagem original, fechado, guardado ao abrigo da luz, calor e umidade excessiva;

III - não guardar o medicamento em armários de banheiros ou perto de pias e lavatórios.

IV - não use medicamentos sem orientação médica;

V - em caso de reações adversas, suspender o uso do medicamento e procurar orientação de quem prescreveu este medicamento;

VI - não utilizar o medicamento com prazo de validade vencido;

VII - não inferir bebidas alcoólicas com medicamentos;

VIII - em caso de alteração de cor, odor, consistência ou sabor, procurar seu farmacêutico para esclarecimentos;

IX - nunca forneça medicamento que foi manipulado para você para outra pessoa e vice-versa. Apesar de alguns sintomas serem parecidos, o tipo de medicamento e a dosagem que cada pessoa necessita, pode ser diferente. Lembre-se, você é único e o seu medicamento manipulado também.

X - tome seu medicamento corretamente, conforme indicação do seu médico, a falha no tratamento poderá acarretar problemas e por em risco a sua saúde.

Art. 4º As farmácias de manipulação e ervanárias terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para adequarem-se às disposições desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) ROSANA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de proposta de legislações estadual suplementar a legislação federal, perfeitamente autorizada pela norma superior.

O licenciamento para que farmácias de manipulação e ervanárias possam legalmente atuar (autorização de funcionamento) é dado pelo Ministério da Saúde e pelos órgãos sanitários dos Estados federados através de legislação suplementar a lei federal.

A fiscalização destas farmácias, da mesma forma, também afeta a legislação suplementar.

Os Estados podem então, legislar sobre o licenciamento e fiscalização, naquilo que não contrarie a legislação federal e demais normas satélites como resoluções, portarias, de forma especial advindas do SUS - Sistema Único de Saúde, através de seu órgão de vigilância a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A fim de consubstanciar a competência legislar e facilitar a análise da presente proposta pelos nobres Pares desta Casa de Leis, de forma especial as procedidas quando do exame das duntas Comissões Temáticas Per-

manentes, pedimos atenção ao que dispõe os seguintes articulados das normas federais relativas a medicamentos de farmácias e ervanárias:

Lei nº 5991, de 17 de dezembro de 1973

Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências.

Art. 1º O controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em todo o território nacional, rege-se por esta lei. (grifo é nosso)

Art. 2º As disposições desta lei abrangem as unidades congêneres que integram o serviço público civil e militar da administração direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e demais entidades paraestatais, no que concerne aos conceitos, definições e responsabilidades. (grifo nosso).

Art. 21. O comércio a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercido somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos, respeitadas as disposições desta lei. (grifo nosso)

Art. 24. A licença para financiamento do estabelecimento, será expedida após verificação da observância das condições fixadas nesta lei e na legislação supletiva. (grifo nosso)

Art. 32. As licenças poderão ser suspensas, cassadas ou canceladas no interesse da saúde pública, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, assegurado o direito de defesa em processo administrativo, instaurado pelo órgão sanitário. (grifo nosso)

Art. 44. Competente aos órgãos de fiscalização sanitária dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a fiscalização dos estabelecimentos de que trata esta lei, para verificação das condições de licenciamento.

Art. 45. A fiscalização sanitária das drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercida nos estabelecimentos que os comerciem, pelos Estados, Distrito Federal e Territórios, através de seus órgãos competentes.

Art. 46. No caso de dúvida quanto aos rótulos, bulas e ao acondicionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a fiscalização apreenderá duas unidades de produto, das quais uma será remetida para exame no órgão sanitário competente, ficando a outra em poder do detentor do produto,

lavrando-se o termo de apreensão, em duas vias, que será assinado pelo agente fiscalizador e o termo de apreensão em duas vias, que será assinado pelo agente fiscalização e pelo responsável técnico pelo estabelecimento, ou seu substituto eventual e, na ausência deste, por duas testemunhas.

Parágrafo Único. Constatada a irregularidade pelo órgão sanitário competente, será lavrado auto de infração, aplicando-se as disposições constantes do Decreto Lei nº 785(*), de 25/08/69.

Lei nº 6360, de 23/09/76.

Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneante e outros produtos, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5991, de 17/12/73, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.

Art. 2º Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o artigo 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem. (grifo nosso)

Art. 51. O licenciamento, pela autoridade local, dos estabelecimentos industriais ou comerciais que exerçam as atividades de que trata esta lei, dependerá de haver sido autorizado o funcionamento da empresa pelo Ministério da Saúde e de serem atendidas, em cada estabelecimento, as exigências de caráter técnico e sanitário estabelecidas em regulamento e instruções do Ministério da Saúde, inclusive no tocante à efetiva assistência de responsáveis técnicos habilitados aos diversos setores de atividades.

Parágrafo Único. Cada estabelecimento terá licença específica e independente, ainda que exista mais de um na mesma localidade, pertencente à mesma empresa.

Art. 52. A legislação local supletiva fixará as exigências e condições para o licenciamento dos estabelecimentos a que se refere esta lei, observados os seguintes preceitos:

Art. 80. As atividades de vigilância sanitária de que trata esta lei serão exercidas:

I - no plano federal, pelo Ministério da Saúde, na forma da legislação e dos regulamentos;

II - nos Estados, Territórios e no Distrito Federal, através de seus órgãos próprios, observadas as normas federais pertinentes e a legislação local supletiva.

Os estabelecimentos objeto da presente proposta manipulam substâncias de alto risco para o ser humano (psicotrópicos, anfetaminas, ansiolíticos, etc...).

Os medicamentos comercializados são entregues aos pacientes consumidores sem serem acompanhados da bula, afrontando as indicações legislativas das Legislações sanitárias pertinentes e também da Lei do Consumidor, que garante o direito a informação sobre os produtos que estão sendo adquiridos.

O mérito é inquestionável, o Paraná não pode permitir que medicamentos sejam vendidos sem a devida informação. No Brasil existem inúmeras denúncias de venda de medicamentos manipulados até mesmo sem prescrição médica em outros Estado. A regulamentação proposta tem caráter preventivo, visa garantir a saúde dos paranaenses.

É importante salientar que o medicamento manipulado é individualizado (personalizado), feito especificamente para um paciente, diferentemente dos demais medicamentos convencionais que são industrializados em grande escala.

Por isso, todas as informações sobre o médico prescritor, sobre a farmácia e principalmente sobre o responsável técnico que manipulou o produto, devem estar presentes na bula, documento este que levará em registro que se vinculará à rotulação da embalagem do medicamento. Trata-se de uma bula específica para aquele medicamento personalizado.

Assim sendo, conclamo a todos os Parlamentares desta Assembleia de Deputados, a procederem o devido apoio a presente proposta que obriga não só as farmácias e ervanárias a manipulação com bula, mas também ao órgão sanitário fiscalizador estadual, a garantir este direito dos pacientes consumidores paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 365/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Pedro Demczuk o trecho da PR-160, entre a sede do Município de Prudentópolis e o entroncamento com a BR-277.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/08/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Nascido na comunidade de Linha Rio Preto, Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, em 09/06/1909, Pedro Demczuk fixou residência na própria localidade, onde constituiu sua família e desenvolveu suas atividades. Casou-se com Eudoxia Matuiko, com quem teve

seis filhos: Neonila Demczuk, professora; Taizia Demczuk, professora; Halia Demczuk, do lar; Jenésio Demczuk, agricultor, comerciante e ex-Vereador; Regina Demczuk, professora e Pedro Demczuk filho, agropecuarista, dentista, professor, ex-Vice-Prefeito Municipal e Vereador, em seu quarto mandato. Desde o início de suas atividades profissionais, dedicou-se ao ramo de comércio, possuindo um armazém de gêneros alimentícios, secos e molhados, durante 52 anos. Também se dedicava às atividades da agricultura e pecuária em sua propriedade.

Sempre foi pessoa amplamente relacionada com a comunidade e outros segmentos do Município, possuindo grandes laços de amizades. Tanto que, ao lado de sua esposa Eudoxia, foi convidado para ser padrinho de centenas de pessoas, com mais de 400 afilhados. No setor político, foi grande líder e participante das movimentações políticas de nossa história. Foi eleito Vereador por dois mandatos. Na primeira legislatura, para o período de 1947 a 1951. No entanto, devido à distância e dificuldade de locomoção desde a sua comunidade até ao Município, optou para ceder seu mandato ao suplente. Na segunda legislatura, foi eleito e desempenhou as atividades parlamentares durante o mandato de 1951 a 1955. Também teve atuação decisiva nas eleições municipais e estaduais de diversos políticos locais e regionais, como João Mansur, Paulo Pimentel, Antonio Witchemichen, Kurt Gustavo Schlumberger, dentre outros. Faleceu aos 86 anos, no dia 03/07/95.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a leitura do Expediente, recebemos hoje a presença do Sr. Nilmário Miranda, presidente da Fundação Perseu Abramo, acompanhando o Deputado Péricles de Mello, ex-Secretário Especial de Direitos Humanos do Presidente da República.

Seja bem-vindo a nossa Casa.

Concedemos a palavra ao Sr. Nilmário, para que faça uma saudação a nossa Assembleia.

É um privilégio recebê-lo aqui hoje.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, obrigado Presidente, boa-tarde a toda Mesa, Deputados e Deputadas, a todos os servidores desta Casa.

Estou fazendo esta visita aqui hoje, Sr. Presidente, a Curitiba, porque vamos fazer um debate sobre a crise, na Biblioteca Pública, com a presença do Secretário Enio Verri e do Cid Cordeiro, do DIEESE, para debater sobretudo o que vem depois da crise. A crise trouxe prejuízos enormes ao País e a todo mundo, mas também o Brasil está conseguindo enfrentá-la e é importante saber o que vem depois dela.

Queria também aproveitar também a oportunidade e vou deixar para a biblioteca da Casa dois livros de minha autoria, um que se chama Teófilo Otoni a República Utopia do Mucuri. É um liberal importante do século XIX, dirigiu a revolução liberal de 1842, em Santa

Luzia, foi Deputado Provincial, Geral e Senador, uma pessoa importante no século XIX, aqui é o resgate da história dele. E o livro que se chama: Dos Filhos desse Solo, é o resgate minucioso da história de quase 450 brasileiros e brasileiras que morreram ou desapareceram durante a ditadura militar. A história, cada um tinha uma versão, eu fiz parte, como Deputado Federal, de uma comissão que resgatou essa história como parte desse processo do direito à verdade e à memória, e que hoje é considerado um direito essencial no País, de conhecer a sua história tal como ela foi, sem medo de aprofundar e discuti-la. Isso faz parte da construção da democracia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas queria que o senhor fizesse o convite oficialmente para o debate. Vai ser na Biblioteca Pública, não é?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA

É, vai ser às 5h da tarde, na Biblioteca Pública. Muito obrigado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Retomando os trabalhos no dia de hoje, tive a oportunidade de representar a minha bancada, hoje pela manhã, num evento promovido pela Associação dos Municípios do Paraná, liderada pelo Prefeito Fadel, com a presença do Ministro Paulo Bernardo. Estiveram lá presentes também os Deputados Federais Rocha Loures e também o Deputado Federal do PP, Vice-Líder do Governo da Cidade de Maringá, que está presente aqui hoje.

Sr. Presidente, lá discutimos amplamente sobre a questão da crise, das angústias dos Municípios e de alguns apontamentos de futuro. O Ministro foi muito claro, os Prefeitos também fizeram suas reclamações e encamparam algumas questões importantes que serão pauta para o Congresso Nacional. O Ministro assumiu publicamente trabalhar intensamente para que a Emenda nº 029, a PEC, Projeto de Emenda Constitucional nº 029, que trata da Saúde, seja votada o quanto antes no Congresso Nacional. Essa PEC beneficiará certamente os Municípios e onde estabelece o gasto com Saúde, definindo os critérios de 12% para os Estados e também definindo, com clareza, como devem ser os gastos com Saúde.

Outro ponto importante também, trabalhar a PEC das Contribuições, que é uma tese que está mais incipi-

ente, a PEC 029 já está bem adiantada e deverá ser votada em breve no Congresso Nacional. E vejo, pela discussão dos Prefeitos, a preocupação que têm em função da crise mundial, mas ficou claro também que houve uma diminuição da arrecadação da República. E o Governo Federal fez medidas pontuais muito claras e foram acertadas, do ponto de vista estratégico, na medida em que o consumo no País não diminuiu. Os dados têm mostrado isso. Mas à medida em que se tirou o IPI dos veículos, da linha branca, também dos materiais de construção, que também tiramos, enfim a arrecadação da União, deixamos de arrecadar R\$ 13 bilhões neste período. Isso certamente impactou nos Municípios, mas com relação ao FPM os Municípios receberam, houve um acordo federal de repassar R\$ 1 bilhão. Isso está sendo repassado para manter a quantidade de FPM que foi recebido em 2008.

O compromisso também assumido pelo Ministro Paulo, que levará ao Presidente Lula que se precisar será aumentado ainda mais o repasse do FPM, podendo ser ampliado o recurso na medida em que às contas não fecharem, de acordo com o interesse dos Municípios. E também ficou muito claro que existe, de fato, uma discussão direta entre a República e os entes federados, com os Governadores e com os Prefeitos. E os Prefeitos sabem que é fundamental fazer esse debate cada vez, de forma sistemática, cada bimestre, cada trimestre, levando as reivindicações junto ao Governo Federal.

Também ficou decidido, está na parte da documentação da AMP, e esse é um tema que já tratei aqui desta tribuna, que é muito importante na nossa visão, levantei essa questão lá e foi acatada pelo Fadel e pelos Prefeitos, onde o dinheiro que é destinado para emendas parlamentares federais, seja destinado todo ao FPM. Essa discussão deve ser levada pelos Prefeitos. O dinheiro dos recursos federais, que é das emendas parlamentares federais, transferi diretamente ao FPM, e repartir de forma republicana com todas as Prefeituras. Isso certamente daria muito mais autonomia para Prefeitos e Prefeitas. Esse modelo é o que está viciado.

É fundamental que os Prefeitos do Brasil levem essa reivindicação. Senti. O Fadel falou isso aos Prefeitos, que aclamaram essa proposta. Acredito que essa proposta garantira o recurso, aumentará o repasse dos recursos diretamente para os Municípios, não dependendo de articulação política do Prefeito com o Deputado Federal para garantir emenda. Essa é uma forma que vai beneficiar todos os Municípios brasileiros, e certamente poderá ser uma boa pauta, na medida em que já outras associações de Municípios do Brasil já levaram essa reivindicação. Agora, é claro, depende de decisão política nacional. Seria isso.

Ficou claro que além da marcha dos Prefeitos que fazem a Brasília, neste ano os Prefeitos farão uma marcha a Curitiba, demandando recursos da Saúde. Será uma pauta que será feita em outubro, os Prefeitos vão organizar bem essa pauta e acredito que essa pauta terá o empe-

nho de todos os Parlamentares desta Casa, no sentido de atender o interesse dos Municípios do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobres Pares, com alegria esta Casa está recebendo o nosso brilhante representante em Brasília, o Deputado Federal Ricardo Barros. Sem dúvida nenhuma, Ricardo Barros é hoje a melhor ponte de ligação que tem dos Municípios paranaenses com os órgãos do Governo Federal. Temos visto que tem Municípios que nem votaram no Ricardo Barros, mas têm encontrado um apoio muito importante no Ricardo Barros para o encaminhamento de suas reivindicações na área social em Brasília. Continue assim, Deputado Ricardo, defendendo o Paraná em Brasília.

Sr. Presidente, a Casa volta aos trabalhos, V. Exa. voltou com todo o pique, com todo o gás, sempre com essa paixão de V. Exa. pelo Paraná. Parabéns.

Tenho a honra de ver aqui alguns e-mails que me são encaminhados pela Marisa, pelo Maurício Pimentão Costa. É importante lermos os e-mails, os paranaenses têm embaixo aqui, enquanto falamos, o nosso endereço para entrar na internet para dar alguma ideia para um projeto de lei, um requerimento, para um encaminhamento, para algum alerta para as nossas autoridades, para darmos uma sacudida em nossas autoridades visando o atendimento e o respeito com que cada cidadão deve ser tratado pelas nossas autoridades.

Do Ademar dos Santos:

Gostaria de solicitar ao senhor, que é um dos defensores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que elabore um projeto em auxílio à saúde do miliciano e de sua família... o nosso SAS é uma vergonha

Muitos colegas estão sendo obrigados a fazerem um plano de saúde particular, para que sua família seja atendida. Acredito que todos estão dispostos inclusive a contribuir em parte, para que se tenha um plano de saúde que atenda quando se precise, e não esta vergonha que temos hoje.

Temos acompanhado sua luta em favor da classe miliciano, luta essa que vem sendo barrada pelo poder autoritário. Há muito tempo que estamos abandonados, não temos efetivo, não temos salário e muito menos saúde.

Falo em nome de muitos colegas de trabalho que ainda acreditam na boa vontade de políticos honestos.

Obrigado

Ademar.

Temos que, muitas vezes, cobrar do policial a Segurança que o povo tem direito, mas também, o poli-

cial tem que ter um bom salário, um bom atendimento na área de Saúde. Não só ele como a sua família, para que ele possa ter maior tranquilidade para desenvolver o seu trabalho, visando garantir a segurança do povo, o policial militar, e em especial também essa valorosa categoria do Corpo de Bombeiros.

Dr. Moacir Veras que é notário de protestos em Londrina:

As atividades notariais e de registro são instituições fundamentais, reduzindo assimetrias de informação, incertezas e custos de transações referentes a contratos, constituição de direitos e demais atos jurídicos da vida civil.

Desempenham um papel primordial na oferta da segurança jurídica, indispensável à atividade econômica, bem como na harmonização destas relações e na prevenção de conflitos.

Sabidamente, em nosso País, as funções notariais e de registro são exercidas em caráter privado por delegação do Poder Público, através de aprovação em concurso público de provas e títulos, na pessoa física do delegatário.

A lei que regulamentou o artigo 236 da Constituição Federal definiu que os agentes delegados possuem autonomia administrativa e financeira, sendo a administração de exclusiva responsabilidade do titular, a quem cabe todas as despesas de custeio da atividade, aluguel, folha de pagamento, encargos sociais, informatização, água, luz, telefone, manutenção de arquivos, papeis de segurança dentre outras, não existindo qualquer financiamento ou subvenção pública de suas atividades, garantindo-se-lhe, em contrapartida, direito à percepção integral de emolumentos pelos atos praticados em seu Serviço Notarial ou de Registro.

Os emolumentos devem corresponder ao custo das atividades dos Ofícios Notariais e de Registro e proporcionar excedente para as necessidades de investimentos das serventias e a adequada remuneração do titular.

É primordial que haja correspondência entre a remuneração do titular e o nível de responsabilidade e risco inerente aos atos jurídicos prestados, tendo-se em conta ser esta responsabilidade objetiva, o que por si só garante reparação do dano imediato ao terceiro que for prejudicado pelo ato equivocado praticado pelo agente delegatário da função pública.

Conforme a regra da repartição constitucional de competências, a legislação sobre emolumentos é editada em cada Unidade da Federação, de acordo com as normas gerais definidas na Lei Federal nº 101679/00, observadas as peculiaridades regionais.

Destaque-se, inclusive, que em diversos Estados já foram editadas leis específicas para a fixação de emolumentos em empreendimentos de interesse social, levando em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços, definindo razoável manutenção de equilíbrio econômico-financeiro das delegações concedidas, de maneira

a não inviabilizar a continuidade da prestação dos serviços.

V. Exa., Sr. Deputado, pode imaginar alguma construtora construindo casas para atender programas sociais dos Governos, sem reajuste no CUB da construção civil? Ou então, alguns agentes financeiros atuando sem remuneração? Ou ainda, seria razoável se imaginar a possibilidade de alguma concessionária de serviço público sujeitar-se a um contrato em que tivesse que fornecer água, luz, telefone, pedágio ou mesmo o Poder Público diretamente fosse obrigado a fornecer cédulas de identidade civil, certidões de antecedentes e mesmo carteira de habilitação sem aplicar reajuste e atualizar os valores face também o aumento dos custos da Administração Pública para a prestação destes serviços?

Pois no Estado do Paraná, além de não ter sido atendida a disposição da Lei nº 10169/00 quanto à fixação dos emolumentos para o custeio das atividades notariais e de registro em espécie e moeda corrente no País, estamos há mais de seis anos sem reajuste ainda do VRC (Valor de Referência de Custas), tudo nos termo da legislação específica sobre a matéria e em especial a Lei nº 13611/02 que reajustou o VRC com vigência a partir do mês de janeiro do ano de 2003.

Onde fica o equilíbrio econômico-financeiro previsto no ordenamento jurídico brasileiro, que inclusive veda situação como a que vem ocorrendo em nosso Estado com a falta de, pelo menos, ser procedida à atualização monetária do valor dos emolumentos para a prestação dos serviços notariais e de Registro?

A corrosão do valor dos emolumentos neste período já ultrapassou o percentual de 50%

Além do mais, está o Governo Federal, a todo tempo, legislando e impondo gratuidades para a população na prestação dos serviços notariais e de registro, sem qualquer contraprestação financeira ao agente delegatário, mas não concede a gratuidades dos juros que administra, bem como dos custos bancários em suas organizações estatais de crédito e fomento.

Essas regras de gratuidades nas atividades notariais e de registro carecem de consistência econômica e possuem potenciais efeitos eletérios sobre o sistema.

Uma primeira inconsistência em relação a essas medidas, decorre do enorme impacto negativo da introdução de gratuidades sobre o nível de receita dos Ofícios Notariais e de Registro, o que compromete a viabilidade financeira da maioria dos serviços, pois o elevado potencial de demanda pelas atividades notariais e de registro gratuitas advêm basicamente da capacidade de renda do povo, e em nosso País é notório o altíssimo contingente de pessoas com baixa renda. Não podemos continuar suportando a carga da gratuidade recair somente sobre os agentes delegados notários e registradores, sem nenhuma participação do Governo.

Esquece o administrador público brasileiro que no Brasil predominam pequenos cartórios com baixíssima renda.

Como ficará a situação dos notários e registradores paranaenses que, além de não terem pelo menos reajustados os valores dos emolumentos, ainda terão que arcar com as gratuidades estabelecidas pelo Poder Público?

Comparativamente, dentre os três Estados do Sul do País, o Paraná é o que tem a menor tabela de emolumentos para os atos praticados pelos notários e registradores, com verdadeiros despropósitos diferenciais negativos.

Senão vejamos: no Estado do Paraná, o adquirente de um imóvel no valor de R\$ 23 mil, tem um custo de R\$ 532,06 de emolumentos para lavratura da respectiva escritura pública.

Pasme, prezado Deputado, para quem adquire um imóvel do valor superior a R\$ 500 mil, o valor dos emolumentos para lavratura da escritura é exatamente o mesmo, ou seja, R\$ 532,06.

No vizinho Estado do Rio Grande do Sul, o valor dos emolumentos para lavratura de escritura para os mesmos valores de imóveis conforme acima de R\$ 500 mil estão fixados em R\$ 1.904,70 com diferença de mais de 220% sobre o valor do Paraná.

Algo está muito errado no Estado do Paraná.

Também para o Registro de Imóveis, o valor dos emolumentos máximos são fixados em valores menores ainda, ou seja, R\$ 452,76, quer o imóvel tenha o valor mínimo de R\$ 20 mil e 580 ou valor superior a R\$ 500 mil.

A defasagem negativa de emolumentos entre o Paraná e os demais Estados do Sul vão de 17% para autenticação de cópias, passando por 117% para reconhecimento de firma para transferências perante o DETRAN, atingindo patamares superiores a 220% para transferências imobiliárias.

Ou as coisas no Estado do Paraná não têm valor nenhum e seu povo é inferior aos gaúchos e catarinenses, ou vivemos num Estado onde a misericórdia e a filantropia beneficiam somente a quem não necessita deste socorro, pois quem pode mais paga menos, e os notários e registradores podem continuar indefinidamente, praticando atos com ínfimos valores de emolumentos e ainda sem qualquer reajuste há mais de seis anos.

Por último, Sr. Deputado, indispensável ressaltar, que mesmo sem a concessão de qualquer reajuste na tabela dos emolumentos há mais de 2 mil 190 dias, os notários e registradores do Paraná não deixaram de cumprir com as reposições salariais para com seus empregados, porém não se sabe até quando.

A persistir essa situação vexatória, por certo não mais poderão ser honradas as convenções coletivas de trabalho, por absoluta falta de receita das serventias.

Será o caos total.

Somente para lembrar, encontra-se para apreciação nesta Casa Legislativa a aprovação de reajuste salarial para os funcionários do Poder Judiciário para reposição inflacionária do ano de 2008, no percentual de

5,9%, retroagindo a janeiro de 2009, ressaltando também que todos os anos essas reposições salariais são autorizadas.

E os notários e registrados como ficam?

Não podemos mais continuar executando nossa importantíssima função no cenário econômico paranaense, sem que, pelo menos, nos seja concedido reajuste dos emolumentos compreendendo o período 2003/2009.

Contamos com seu irrestrito apoio e voto a favor do reajuste integral do valor do VRC, aplicando-se o percentual de variação determinado pelo Governo, no período de 2003 a 2009.

Então, está aqui o Dr. Moacir Veras, uma figura da maior respeitabilidade em Londrina, muito querida pelos londrinenses, fazendo a defesa da sua categoria. É um documento longo, que oportunamente voltaremos a trazê-lo na pauta das discussões nesta Casa de Leis.

É inadmissível essa categoria estar aí há seis anos sem qualquer reajuste. Esse é um tratamento desigual, o Dr. Moacir tem razão e daremos todo o apoio a ele e aos membros da laboriosa categoria que presta um grande serviço ao Paraná.

Temos inúmeras correspondências do Sr. Osvaldir Gomes, que é um grande líder comunitário de Londrina. Ele sugere aqui, dentre outras coisas, que apresentemos um projeto a exemplo do que tem na área federal, criando uma Bolsa-Educação para os filhos dos servidores públicos do Paraná.

É bastante interessante a sugestão do Osvaldir Gomes, que não sei se é constitucional, mas é uma ideia muito boa. Se for inconstitucional, talvez até um Parlamentar em Brasília, onde pode ser mexido na Constituição, que apresente alguma coisa abrindo uma brecha para apresentarmos um projeto criando a Bolsa-Educação para o filho do servidor. Ele ganha mal, está enalhado o reajuste do servidor, não tem acompanhado a inflação, tem havido uma perda de poder aquisitivo. A ideia é muito interessante.

Ele fala também de uma obra que foi iniciada e que tem mais de 25 anos no Paraná, que era para ter sido construída uma penitenciária em Tamarana. Tem lá 50 alqueires, já tem uma estrutura montada e a obra está abandonada, deteriorada. Enquanto isso as casas de detenção estão lotadas, vemos permanentemente a notícia do excesso de superpopulação carcerária, quando tem uma obra, o elefante branco, parado em Tamarana, há 50 quilômetros do coração de Londrina.

A ideia do Osvaldir é bastante interessante, porque é no sentido do Governo dar continuidade nessa obra e resolver esse grave problema do excesso da população carcerária.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Sr. Presidente, o jornal O Paraná, de Cascavel, traz uma matéria que é para colocarmos a mão na cabeça.

Queria aproveitar e pedir ao Governador Roberto Requião que assista às Sessões da Assembleia Legislativa, se não compraram o jornal, se não são assinantes, se não viram na internet. Está aqui agora, pela rede MERCOSUL e pela TV SINAL.

Olha o que diz na manchete da primeira página do jornal: *DER admite descaso com as estradas paranaenses*.

As estradas que são pedagiadas, em que pese o golpe que as concessionárias de pedágio aplicaram, porque tinham o compromisso de duplicar as rodovias pedagiadas, construir viadutos onde for necessário, construir túnel onde for necessário, resolver problemas de acostamento, mas em que pese a reclamação do povo, muito justa, de que o preço do pedágio está alto demais e é muito claro, fico imaginando um caminhão que sai de Cascavel até o porto de Paranaguá, parando em quantos pedágios, quanto é que custa uma viagem de um caminhão desses, para não falar nos carros de passeio?

Mas em que pese as concessionárias não terem cumprido tudo o que está no contrato, e o Governo não toma nenhuma providência para enquadrar judicialmente o não cumprimento do contrato, há um outro lado, que estas rodovias pedagiadas, muitas ainda estão sem a segunda pista, mas elas estão muito bem conservadas. Tem trechos nos quais a estrada é um verdadeiro tapete. Está bem. Com exceção, por exemplo, de Curitiba a Paranaguá, passei outro dia ali, num dia de chuva, a concessionária tem que melhorar porque está empossando muita água no asfalto, e isto é perigoso.

Mas, de um modo geral ninguém pode negar que com o advento do pedágio o leito da rodovia está bem cuidado. Agora, onde a estrada não é pedagiada, que cabe ao Governador Roberto Requião manter uma boa conservação, passando lama asfáltica, consertando os buracos, porque uma rodovia com buracos, quanta gente já morreu, quanta gente está na cadeira de roda, paraplégicos, tetraplégicos, quanta gente perdeu a memória, perdeu membros da sua família, porque estava viajando em rodovias aqui do Paraná e caiu com o carro em buracos, em quase valetas, em algumas estradas do Paraná, que são de responsabilidade do Governo do Paraná conservação de rodovias. A pessoa que está viajando cai num buraco, perde o controle do carro, capota, a pessoa morre, ficam sequelas, como dissemos, e está aqui, com a maior simplicidade.

Olha a manchete no jornal, de novo: "Paraná admite descaso com as estradas paranaenses; além dos prejuízos materiais, situação eleva o risco de vida aos usuários." Agora, cabe ao Governador Roberto Requião cobrar do seu Diretor do DER, se tem fundamento esta declaração infeliz. Se declarou ou não declarou, que de fato estão com descaso, com pouco caso. Mas, e o IPVA? O povo paga IPVA. Todo mundo paga. Na moto, no carro, no caminhão, no ôni-

bus. Então, não é favor, não é caridade do Governador Roberto Requião ou do Governo do Paraná manter em bom estado de conservação as nossas estradas, independente da declaração ou não. Isto pode ser negado. O diretor do DER pode dizer: eu não dei esta declaração para o jornal. Mas, a verdade: deu ou não a declaração, ninguém pode negar, aqui no Paraná as estradas que não são pedagiadas estão totalmente abandonadas. Risco de vida, Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. que é o interlocutor do Governador Roberto Requião, que ainda hoje estava me dizendo que tem, pela força que tem no Governo, mais de 80 Prefeitos que estão representado junto ao Governo.

É, Deputado Luiz Eduardo Cheida, o homem está com tudo com o Governador Roberto Requião, o Deputado Luiz Claudio Romanelli. O assunto no almoço, é que V. Exa. está competindo com o Deputado Alexandre Curi para ver quem é que tem mais Prefeitos para representar junto ao Governo. É uma força incalculável. V. Exa. vai ter uma reeleição e sobrarão votos nas urnas. Então, aproveito, já que V. Exa. está tão bem, com tantos prefeitos, é um lorde, dê uma mão para o Paraná, vamos mandar cobrir, tapar estes buracos das nossas rodovias para garantir a segurança, a vida dos usuários destas estradas que não são pedagiadas, mas que o povo para IPVA. Volto a repetir, por isso, Deputado Luiz Claudio Romanelli, tenho a impressão de que V. Exa. vai dar uma grande notícia, aqui, a de que vão tapar os buracos das nossas estradas.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Queria convidar a V. Exa. para poder viajar pelo Paraná, justamente pelas rodovias não pedagiadas, para que V. Exa. possa de fato tomar conhecimento do estado das nossas rodovias. Temos algumas questões pontuais, mas V. Exa. sabe, durante seis anos e meio, o que nós já recuperamos as rodovias, que estavam em estado de absoluto descalabro. V. Exa. se lembra, Deputado, aquele período de oito anos do Governador Jaime Lerner foi muito ruim. V. Exa. quando foi ao palanque apoiar o Jaime Lerner deve ter-se arrependido tanto, em ver aquelas rodovias abandonadas. E depois, o que o Jaime Lerner deixou para nós? Pedágio e rodovia completamente arrebitada.

Hoje as rodovias melhoraram muito, mas eu entendo que V. Exa. quando faz a crítica, faz no sentido de poder melhorar ainda mais aquilo que é fundamental para todos nós. Quero convidar V. Exa. a partir de quinta-feira, vou fazer uma série de entrega de ônibus de transporte escolar nos Municípios e quero convidá-lo Deputado Belinati, até porque V. Exa. é uma atração aonde vai.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Belinati, V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deputado Romanelli, não judie do Deputado Nelson Justus, o Secretário de Transportes do Jaime Lerner foi o Nelson Justus, não foi Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

De Indústria e Comércio e de Transportes.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Foi um grande Secretário, não pegue no pé do Presidente Nelson Justus meu Deus do Céu, daqui a pouco vai falar do Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil já deveria ter feito os viadutos, as pontes, as estradas. Vamos falar de agora.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Inclusive foi graças ao esforço pessoal do Presidente Nelson Justus, tenho que reconhecer isso inclusive, o trabalho que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Ricardo Barros que está nos visitando. Sr. Presidentem esse recesso foi muito bom para que todos os Deputados com certeza tenham trabalhado muito, visitando todas as suas bases. Nós tivemos a felicidade de visitar 49 Municípios, com a receptividade muito boa. E chegamos aqui assustado com as informações passadas através dos órgãos de comunicação sobre essa gripe suína, está nos preocupando muito.

Fiz um apanhado Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, para que pudéssemos passar alguma informação que venha de encontro com o anseio da comunidade, fiz um apanhado de perguntas e respostas quanto ao vírus, quanto a patologia, quanto a doença, quanto a contaminação, a maneira que nós possamos até evitar.

Nós sabemos que o esforço mundial hoje é muito grande para o combate desse vírus, nós vamos conseguir, com certeza. E fiz um apanhado de pergunta ouvindo toda a população de todos esses Municípios. Eles perguntam assim: “Quanto tempo dura o vírus suíno numa maçaneta ou numa superfície lisa? “É impressionante, se fala em não dar a mão, não se cumprimente, não se beije. Na maçaneta ele pode ficar até 10 horas o vírus vivo. Por isso, qual é a maior recomendação que nós temos hoje? A recomendação é para que lave bem as mãos, até 10 vezes ao dia se for o caso. Aí eles dizem assim: “Mas se você não está contaminado não é melhor você andar com uma máscara na rua”? A máscara tem um espaço entre o nariz e a boca, e esse espaço vai manter a umidade, se manter a umidade e você não tem o vírus, tem uma facilidade de adaptação do vírus para que você possa adquirir o vírus.

Então, se você não tem o vírus é recomendado que não use a máscara, para que você realmente não possa ter uma área úmida, abafada, uma janela que dê oportunidade ao vírus. Outra coisa que eles perguntavam muito: “O álcool é importante?” O álcool gel para limpar as mãos torna o vírus inativo e mata o vírus. Olha a importância do álcool gel, mas as pessoas têm que tomar muito cuidado, porque as vezes passam álcool e ficam passando perto de fogo, Sras. donas de cozinha têm que tomar muito cuidado. Tem umas perguntas muito curiosas: “Que risco tem familiares de pessoas que já faleceram?” Então, as pessoas que já faleceram, claro tinha o contato direto, essa pessoa pode ser portadora de vírus sim, então tem que tomar cuidado porque essas pessoas podem ser transmissoras.

Aí eles perguntam assim: “Água parada tem facilidade de pegar o vírus?” Em água parada não, de caixa de água não, porque a água tem cloro, é uma água tratada, essa água não tem nenhuma chance de pegar esse vírus, que as vezes você pega num aperto de mão, beijo, proximidade. E também falam assim: “Dr. Batista, esse vírus mata?” O vírus não mata, o que mata são as complicações do vírus, a principal delas a pneumonia. Outra pergunta: Dr. Batista, eu tive o vírus, já estou imunizado?” Está imunizado sim. Teve o vírus você cria anticorpos.

E qual a melhor maneira de criar anticorpos?

Uma boa alimentação, principalmente à base de fibras, legumes, das beterrabas. Nós sabemos que uma alimentação saudável com certeza você cria anticorpos, aumenta a imunidade. A vitamina C é importante? A vitamina C só é importante porque vai aumentar a imunidade, mas não combate o vírus. Tomar a vitamina C para combater o vírus não vale. Então você vai criar mais anticorpos. Então, prometo voltar aqui amanhã e dar continuidade a 43 perguntas e respostas que eu fiz durante todo esse recesso, para que nós possamos realmente esclarecer mais a população e que possamos evitar esse vírus o mais rápido possível, com o apoio de todos.

Obrigado, Sr. Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, visitantes que nos acompanham aqui nesta Sessão, telespectador que acompanha através da TV SINAL, também quero cumprimentar o Deputado Ricardo Barros que nos honra com a sua presença aqui nesta Casa, ele que é Deputado Federal, Vice-Líder do Governo na Câmara, é uma satisfação tê-lo aqui na Assembleia. Estamos vivendo um momento de bastante preocupa-

ção, o Dr. Batista que me antecedeu aqui na tribuna, ele é médico, tem inclusive mais informações e tem formação na área da Saúde, trouxe aqui algumas respostas e se comprometeu de amanhã dar continuidade nestas orientações. O que me traz aqui também tem relação com a Saúde, é o Sistema de Saúde do servidor público, o SAS, que está neste momento sendo questionado em todas as regiões do Estado, especialmente em Cascavel, na Região Oeste.

Até um protesto foi feito na quarta-feira por mais de 1 mil servidores, que largaram temporariamente o trabalho e foram para a frente da catedral, da basílica lá de Cascavel, fizeram um ato público. Estive lá no ato público ouvindo cada servidora, porque o Hospital Santa Catarina, credenciado para fazer o atendimento emergencial, está deixando de atender os servidores de forma integral. Há uma pendência entre o Hospital Santa Catarina e o Hospital Nossa Senhora da Salette, os dois disputam o contrato definitivo. E nesse período, os servidores estão sofrendo com essa demanda.

Hoje pela manhã nos reunimos com a Secretaria da Administração e Previdência, mais precisamente com o Dr. Eduardo e a Dra. Regina, o Dr. Eduardo é o coordenador do Departamento de Assistência à Saúde do Servidor do Estado do Paraná, e a Dra. Regina é a Diretora Geral da Secretaria da Administração, com a representação de várias categorias do serviço público. Tivemos a presença do Jair, de Cascavel, do Gildomar Trevisan, do Miguel Roberto, do João Maria Oliveira Lima, do Laudemir, e também da Valci Maria Mattos, representando vários servidores daquela região. Nessa reunião, alertamos para o grave problema, especialmente neste momento em que a preocupação aumentou em função dessa gripe que assusta ainda mais os servidores quando vão procurar atendimento e não encontram. Por isso temos pressa, e hoje solicitamos à Secretaria da Administração, que deve encaminhar ainda hoje à tarde ao Governador a solicitação para que ele defina, porque cabe a ele agora definir, qual hospital vai atender os servidores em Cascavel: se vai ficar com o Hospital Santa Catarina ou se vai ficar com o Hospital Nossa Senhora da Salette.

Portanto, está nas mãos do Governador essa decisão, que precisa ser tomada com urgência, porque os servidores precisam ter atendimento, o contrato precisa ser celebrado, um contrato definitivo, não dá mais para ficar com um contrato precário, porque desde julho do ano passado, há mais de um ano, o contrato, em Cascavel, é precário, não é definitivo e já ficou parte do tempo, temporariamente, com a Policlínica e agora também está com o Santa Catarina. O Santa Catarina está sendo questionado por outro hospital. Essa pendência não pode continuar, precisa ter um ponto final e os servidores precisam voltar a ter o atendimento de forma integral.

No Fórum dos Servidores Públicos, também debatemos uma outra proposta para mudar esse modelo, para que possamos ter no Paraná inteiro.

No Fórum dos Servidores Públicos tomamos a decisão de cobrar do Governo e também trazer aqui para esta Casa um projeto de lei para alterar esse modelo, alterando o sistema, porque do modo que é feito hoje, é feito o repasse para o hospital, independente se ele atende ou não o servidor, há um repasse arbitrado pelo número de servidores atendidos na regional, independente se o hospital atende ou não, se o servidor mora na região, o hospital recebe por aquele servidor que mora na região. E isso leva, muitas vezes, o hospital a dificultar o atendimento para auferir mais lucro no final do mês. E isso não está correto, precisamos mudar e pedimos o apoio de todos os Deputados e Deputadas aqui, para mudarmos essa situação que afeta o servidor público no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa.

Nesse recesso andei e tenho certeza, assim como a maioria dos Deputados, senão todos, em diversos lugares, e diversas reclamações, em diversos pleitos, pude colher.

Chamou-me a atenção um deles, porque foi um episódio que esta Casa, uma exceção, todos os Deputados votaram pela derrubada do veto do projeto de lei do Deputado Péricles de Mello, que visava homologar o diploma daqueles professores que fizeram o curso normal, à distância, pela VIZIVALE, através das faculdades estaduais, em especial a Universidade de Ponta Grossa. Alguns Deputados, como o Péricles, Caíto e Nereu, foi criada uma Comissão Especial por esta Casa, foram várias vezes à Brasília, em nome do Poder Legislativo. Essa lei que foi proposta era um mecanismo que visava levar essa tranquilidade, mas o Governo entrou na Justiça pedindo a declaração de inconstitucionalidade da lei, e tendo em vista que todos os Deputados votaram pela derrubada do veto, o Presidente automaticamente iria promulgá-la.

Em uma reunião participamos com dezenas de professores, eu e o Deputado Dobrandino, em Foz do Iguaçu, nos foi cobrado que resolvêsemos. Falei para eles que não podemos vender aquilo que não podemos entregar. Porque o que estava ao alcance dos Deputados, inicialmente, em uma iniciativa de conciliação, foi feito ao irem diversas vezes à Brasília. Depois, através do apoio ao projeto do Deputado Péricles, na derrubada do veto. Agora, o que a Assembleia pode fazer?

Assumi um compromisso de fazer este pronunciamento hoje e também encaminhar. Peço que a Mesa Executiva faça esse requerimento e que comece com o Deputado Ademar Traiano e termine com o Deputado Waldyr Pugliesi, em nome de todos os Deputados, pedindo para que o Tribunal de Contas de abstenha de tomar qualquer medida administrativa, ou punitiva, ou de advertência, às Prefeituras do Estado do Paraná, que concederam promoção ou qualquer tipo de benefício aos funcionários que cursaram esse curso, enquanto a Justiça não se pronunciar pela inconstitucionalidade ou não da lei do Deputado Péricles.

Isso seria uma tranquilidade muito grande, porque daqui a pouco os Prefeitos vão começar, senão a demitir, pelo menos cortar gratificações e funções, em virtude do medo que eventualmente possa surgir para alguma sanção para o Prefeito.

Tenho certeza que o Tribunal de Contas acataria esse requerimento da Assembleia Legislativa, principalmente se for assinado por todos os Deputados.

Deixei bem claro que não se tratava de uma luta do PT, PSDB ou PMDB, e sim deste Poder Legislativo.

Entendo que para tirar qualquer personificação de um requerimento dessa natureza, Presidente Nelson Justus, ele teria que ser excepcionalmente como foi aquela derrubada do veto. Que todos os Deputados assinassem um documento, um requerimento, pedindo ao Tribunal de Contas que abstenha de qualquer medida punitiva em relação a esses diplomas, por parte daqueles entes que estão subordinados à fiscalização, enquanto a Justiça não der a sentença final pela inconstitucionalidade ou não dessa lei. Nesse meio tempo, outra solução pode surgir e resolver essa questão de uma vez por todas. O que falta hoje no Estado do Paraná - são mais de 35 mil pessoas nessa situação - é tranquilidade.

Faço esse requerimento verbal, para que a Mesa Executiva, se assim entender, faça esse requerimento, para que todos os Deputados possam assinar, para que também o Tribunal de Contas tenha a percepção, que esse Poder Legislativo se preocupou e se preocupa com essa instabilidade, enquanto a Justiça não deferir.

Tenho certeza que o Presidente, com sabedoria que lhe é peculiar, providenciará em nome da Mesa Executiva, colocando todos os Deputados para assinar, porque esta não é uma luta individual que uma bancada ou de um Parlamentar; é uma luta que toda esta Casa se pronunciou, e tenho certeza que nos diversos cantos do Paraná cada um tem uma parcela de responsabilidade.

Este compromisso assumi na Cidade de Foz do Iguaçu, estávamos presentes eu e o Deputado Dobrandino, e falamos que não poderíamos vender aquilo que não poderíamos entregar, mas tenho certeza que este requerimento esta Casa pode entregar e seria de bom alvitre neste momento de intraquilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora inscrita, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputados, Deputadas.

Acabo de entregar à Mesa Executiva um requerimento formulando um convite ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Martin, para que venha durante esta semana a esta Casa e faça um pronunciamento nos colocando a par da real situação da gripe A no Estado do Paraná, bem como as medidas adotadas pela Secretaria do Estado da Saúde para conter a disseminação do vírus.

Acho importante, Deputado Nelson Justus, que o Dr. Gilberto esteja aqui. Eu mesmo na quinta-feira conversava com o Dr. Gilberto Martin e, ele me colocava a par da situação até aquele momento e do porquê da interrupção das aulas, da suspensão das aulas no Estado do Paraná e foi muito pertinente o que ele me falou e os argumentos usados, mas acho que terá que ter aqui uma colocação oficial para que nós, Deputados do Estado do Paraná, possamos discutir em nossos Municípios com as pessoas, com os técnicos envolvidos na área para que possamos somar esforços.

Então, estou fazendo este convite, tenho absoluta certeza que o Dr. Gilberto Martin vai atender e estará aqui conosco falando sobre a questão da Gripe A.

Tem muita informação controversa, tem muito boato. Agora mesmo me chamava a atenção um blog dizendo que o Hospital de Clínicas confirmava a suspeita de mais 11 casos da doença, mas suspeita, qualquer pessoa que espirre hoje, que tussa, que tenha uma febre, há suspeição do caso, mas isso a pessoa já lê, já deturpa. A pessoa que leu já me dizia que são mais 10 casos dentro do Hospital de Clínicas, quando na verdade não é desta forma. Isto tem gerado um pânico na situação. Então, temos que nos informar para tomarmos a medida correta, Deputado Cheida. Nem mais nem menos. Nem menosprezar a doença que também é um período nem supervalorizar a situação porque isso só irá gerar pânico da população.

Então, estou fazendo este requerimento.

Protocolo também agora na Mesa, um projeto de lei que visa vedar o licenciamento ou sua revalidação para comercialização, de medicamentos manipulados por farmácias e ervanário sem a respectiva bula nos termos que especifica.

Pois bem: o que é este projeto de lei? Estou aqui com dois medicamentos - inibidores de apetite - coincidências ou não já estava com isso sobre a minha mesa antes do recesso para protocolar este projeto de lei, e hoje nessas coincidências do destino a Gazeta do Povo traz uma página inteira dedicada aos problemas, que os inibi-

dores de apetite causam na população e principalmente na população de mulheres.

Em algumas partes da reportagem ele coloca claramente - a dependência química por remédio é muito semelhante ao da maconha, da cocaína, da heroína. E outra situação coloca - o organismo precisa da substância para funcionar, ou seja, para ir ao banheiro, para dormir, para acordar.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Em outro lado da matéria coloca mais um destaque. O acesso fácil a alguns remédios resultaram em 34 mil pessoas intoxicadas por medicamentos no Brasil em 2007. Somente no Paraná foram 9,2 mil casos, 65% eram mulheres. Pois bem a reportagem fala da questão do uso indiscriminado dos inibidores de apetite.

E trago aqui um projeto, que já me preocupa há muito tempo isso. Estou com um medicamento, um sal inibidor de apetite chamado subtramina, ele tem que ser prescrito por médico, tem que ter retenção da receita para que ele possa ser vendido. Pois bem, a subtramina quando ela é prescrita por médicos e você compra o medicamento registrado pela ANVISA de laboratórios oficiais, ele vem com uma bula e vem com todas as questões das consequências do uso indevido desse medicamento.

Uso o horário do meu bloco. Pois, bem, o medicamento traz aqui toda a questão da composição, da fórmula, da informação ao paciente, a posologia, informações técnicas, indicações. E também traz as reações adversas desse medicamento. Então coloca claramente o que é muito comum acontecer de acordo com os sistemas. É comum acontecer taquicardia, palpitação, aumento da pressão arterial etc. E assim vai. Traz na bula todas as reações as reações adversas da dita subtramina. Claro que isso acontece de acordo com cada organismo. Tem mulheres que não tem nenhum desses efeitos, mas isso se espera.

Pois bem, quando a gente pega a mesma Subtramina em vez de comprar o remédio de um laboratório oficial, vai em uma farmácia de manipulação. O mesmo medicamento é entregue assim. Nessas farmácias de manipulação. O que ela traz para nós de informação. Manter longe do alcance das crianças, tomar somente sob orientação médica e a venda somente com a retenção da receita. Só isso que traz. ou aqui tem um excesso de zelo, ou aqui tem uma falta absurda do comprimento da legislação. Não dá para ter o mesmo medicamento com enfrentamentos tão diferenciados.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para lhe parabenizar pela iniciativa do projeto. E essas coisas, como diz um velho ditado chinês: *Sábio é aquele que tem a capacidade de perceber o óbvio*. V. Exa. está percebendo o óbvio. quanto tempo

essas farmácias de manipulação colocam, esses produtos no mercado e aí não há essa atenção que V. Exa., neste momento, dedica a esse tema. Acho que é da minha parte, até como profissional de grande iluminação e lucidez, pelo qual parabenizo V. Exa. acredito que muita gente, no Paraná, haverá de se beneficiar com uma medida como essa, com uma lei que, tenho certeza absoluta, vai regulamentar essa lacuna que existe tão falha e tão óbvia que V. Exa. traz para todos nós.

Parabéns.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Obrigada. Para finalizar, queremos corrigir isso. E para isso estamos tramitando com um projeto de lei que será devidamente discutido dentro das comissões. Esperamos que possamos lograr êxito com esse projeto. A questão maior não está, única e exclusivamente, em cima dos inibidores de apetite. Coincidentemente eu escolho o inibidor de apetite, como exemplo, e coincidentemente a Gazeta do Povo traz todo um alerta do uso desenfreado e sem critérios dos inibidores, de apetite do Paraná. Mas isso também vale para todos os medicamentos, antidistônicos, etc. que são vendidos da mesma forma. Se você compra tem todo um rigor, se você manipula vem com três orientações.

Vai ser um debate importante que temos pela frente, sabemos que a questão de medicamentos tem toda uma questão federal, por isso, estamos indo pelos viés do licenciamento para funcionamento das farmácias, para que possamos lograr êxito e corrigir essa questão.

Era isso, quero agradecer a oportunidade.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas aproveitando o comentário que V. Exa. fez a respeito da gripe, nós amanhã teremos aqui a presença e fará o uso da tribuna o Dr. Marcos Henrique Santana do Nascimento que é um pneumonologista de renome professor da PUC, que irá discorrer sobre o tema.

No Grande Expediente com a palavra o Sr. Deputado Mário Roque.

Deputado Mário Roque (PMDB)

O SR. MÁRIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Enquanto estivemos em recesso acontecia um dos maiores momentos do Paraná, que é o aniversário da Cidade mais antiga e que foi o embrião desse Estado, 361 anos Paranaguá passava diante de todas as males que aconteceram de todas as coisas boas que essa Cidade proporcionou. Em todas as partes do Mundo quando é aniversário de uma Cidade que forma esse País, um Estado e uma Província há muitos festejos e muita divulgação, mas infelizmente a

nossa Cidade por não ter representatividade, por estar lá na beira da água, muita gente se esquece.

(Lê):

“Paranaguá, berço do Paraná. Corria o ano de 1550. São Vicente e Cananéia, vilas primeiras a serem fundadas no Brasil, contavam com uma população considerável, porém com poucos recursos alimentícios. Saem, pois, algumas canoas com aventureiros: Domingos Peneda, Diego de Unhate e outros a fim de encontrarem meios de um sustento mais seguro.

Costearam as praias de Ararapira e Superagui. Procuram um lugar de pouso, acercando-se da majestosa ilha fronteiria ao continente. Constroem as primeiras habitações e fundam um núcleo ao sopé do morro.

Nascia assim o Paraná! Permaneceram na ilha por quase 20 anos, enfrentando muitas dificuldades.

Fundando o primeiro arraial, trataram de conquistar a amizade da tribo Carijó, que habitava toda a margem esquerda do rio Taquaré, hoje, rio Itiberê. Foi nessa histórica e secular ilha Cotinga que surgiu o primeiro povoado de brancos, nele firmando-se o marco civilizador da terra paranaense. Depois de 20 anos, passaram esses heróicos pioneiros à terra firme, na costeira direita da baía. Resalta-se que o nome Cotinga, dado pelos Carijós foi uma alusão aos brancos ali chegados: povoação, lugar, roça, tinga: branca de brancos. Logo Cotinga: lugar ou povoação de brancos.

Acontece, porém, que a terra habitada por essa valente tribo já possuía o nome de Pernagoá - grande mar redondo - dado pela raça andaz. Essa aldeia, já então de brancos e de índios, foi fundada durante a época da mineração e, com ela, a modesta capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário, em 1578.

O ano de 1640 tem grande significado na história de Paranaguá. Porque é quando se registra a vinda de um fidalgo de linhagem castelhana: Gabriel de Lara. Viera com ele uma importante missão: ser o Capitão povoador da Terra Carijó. Assumindo as rédeas do Governo, Gabriel de Lara pediu e obteve permissão para erigir o Pelourinho, símbolo da justiça real. Ato concretizado no dia 6 de janeiro de 1646, por ordem do Governador do Rio de Janeiro.

Após insistente solicitação, Gabriel de Lara conseguiu, em 1648, o farol datado de 29 de julho, dado pelo Rei D. João IV, elevando a aldeia de Paranaguá à categoria de vila. Mas a carta régia só chegou a Paranaguá em 26 de dezembro desse mesmo ano. Instalada oficialmente a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, o progresso aumentou, com a vinda de mais gente de Santos, São Vicente e Cananéia.

Em 9 de janeiro de 1649, criou Gabriel de Lara a Vereança e outras leis. É justo reafirmar o orgulho que o povo de Paranaguá ostenta com relação ao patrimônio histórico aqui construído e legado por antepassados.

Relembrando os tempos do Brasil Império, sabemos que as vilas do passado receberam o farol da Cidade,

pelo seu progresso material e cultural: seu desenvolvimento na agricultura, indústria e comércio.

Mas, quanto a Paranaguá e Curitiba, foi outra a causa. Elas foram elevadas a esse predicamento, pela dedicação e lealdade à monarquia do 2º Império.

Sendo Paranaguá, no passado, a mais importante vila da 5ª Comarca de São Paulo, arrecadadora também da maior renda, ela e Curitiba prestaram apoio e auxílio possíveis em material humano e de guerra, ao Governo Imperial, quando da Revolução Farroupilha que assolou toda a Província do Rio Grande do Sul.

Em 1842, a Revolução estava quase no final. Havia, pois, chegado o momento da recompensa prometida. Paranaguá e Curitiba receberam então o decreto baixado pelo Barão de Monte Alegre, elevando-se à categoria de Cidades! Decreto esse, de 5 de fevereiro de 1842. Esse predicamento foi conferido como prêmio pela dedicação, lealdade e fidelidade do Monarca D. Pedro II. Assim, Paranaguá passou de povoado à vila e só no século XIX foi elevada à categoria de Cidade. E é nesse século que surgem os mais ilustres representantes da cultura parnanguara nas suas mais variadas manifestações.

A pintura, por exemplo, tem seu marco na figura de Iria Correia, nascida em Paranaguá. Foi o protótipo da mulher culta do seu tempo. Outro grande nome da arte pictórica, Alfredo Andersen, norueguês, viveu por 10 anos em nossa Cidade, quando retratou em telas cidadãos parnanguaras e paisagens de beleza imorredoura.

Rafael Lopes da Silva foi aluno de Andersen e, enquanto viveu, pintou inúmeros quadros e disseminou seu talento através de aulas dadas aos jovens parnanguaras que programaram o gosto pela pintura, chegando até o presente.

As artes musicais em que se incluem nomes como Brasília Itiberê da Cunha e tantos outros compondo melodias atreladas às tradições de Paranaguá. A literatura é uma das artes mais difundidas entre os parnanguaras: Fernando Amaro, o primeiro poeta do Paraná; Júlia da Costa, Nestor Vitor, Leôncio Correia, Ada Macaggi, Vicente Nascimento Junior e tantos outros cujas obras enriquecem o acervo do Centro de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

Ao completar neste 29 de julho 361 anos de existência, Paranaguá inspira nos seus filhos orgulho pelas vitórias conquistadas. Embora mescladas com tristezas vividas, o povo mantém esperanças de conquistar progresso e igualdade social.

Hoje Paranaguá conta com o segundo maior porto do Brasil graças a uma agricultura, indústria e pecuária férteis que enriquecem com suas divisas o nosso pujante Estado do Paraná e realça a força do parnanguara - estivadores, arrumadores e todas as classes de trabalhadores e empresariais.

Paranaguá que deu o início ao nosso Estado continua a dar diuturnamente a sua cooperação, com este

porto onde se misturam todos os tipos de gente: nortistas, nordestinos, brancos, negros, índios, japoneses, árabes, portugueses, espanhóis, gregos. Gente de outras partes do mundo, que aqui se radicam com suas relações portuárias e pelo turismo. Paranaguá, talvez seja a Cidade mais cosmopolita do Estado.

Paranaguá foi recentemente com Curitiba e Foz do Iguaçu inserida no programa de turismo nacional, devido a sua história.

Seu casario, belezas naturais, Mata Atlântica, manguezais, baías, ilhas entre elas a do Mel e que foi recentemente também tombada nacionalmente.

Por isso tomo a liberdade de prestar nossas homenagens em nome desta Casa de Leis à nossa querida Paranaguá!”

Aproveitando o ensejo, Paranaguá merece que o Governador do Estado, Roberto Requião, libere o ISS do porto, nem que seja parceladamente, para que Paranaguá saia do caos. Quem vai à Paranaguá hoje, vê uma Cidade morta, esburacada, com lixo, sem médico, sem medicamentos, numa situação realmente catastrófica.

Não é porque o Prefeito seja um mal administrador, ou eu não goste do Prefeito, mas o povo não deve sofrer. Essa verba, o Governador pode autorizar a superintendência do porto para liberar. São 15 ou R\$ 20 milhões, que realmente, bem ou mal administrados, vão fazer muito bem à população de Paranaguá, que realmente precisa do apoio do Governo do Estado.

Essas pendengas que haviam politicamente entre eu e o Prefeito, o próprio Governador e o Prefeito, quando da eleição para Governador, isso já acabou e foi demonstrado na “escolinha” quando se falou até em traíras e bagres ensaboados. Aquela trágica comédia foi até muito alegre para que começássemos uma nova vida.

Então, vamos ajudar Paranaguá, vamos ajudar o povo, porque realmente Paranaguá merece. Só o Estado, agora, poderá ajudar.

Recebi o ISS do porto, no tempo de Jaime Lerner, no tempo de Requião, e o Baka cutucou o diabo com vara curta, quis ver se realmente o que era pago, era real. Tentou fazer um levantamento do porto, aí foi parar na Justiça. Até hoje, faz cinco anos, e ainda não resolveram essa pendenga.

Vamos dizer ao Governador que autorize a superintendência a pagar esses 15 milhões, até porque eu agradeço e agradeço a todos os Deputados que, por unanimidade, aprovássemos um requerimento que eu protocolei pedindo ao Governador esse pagamento. Paranaguá está precisando, a situação está crítica, é uma vergonha até para quem lá vai. Os pagamentos quase que atrasados dos funcionários. Não sei o que aconteceu, se caiu catastroficamente a arrecadação, o que aconteceu no porto. Sei que a Cidade realmente está numa situação muito difícil.

Por falar em Cidade e na “escolinha”, o aquário. O aquário todo mundo quer em Paranaguá, mas eu já estive

entrando em contato com o nosso Superintendente do INFAN, para que ele e a Secretária Vera Mussi, o Superintendente que é o Zela Lapastini, que não autoriza a construção desse aquário na área mais nobre de Paranaguá, onde tudo começou, que é o centro histórico. Temos a ilha dos Valadares, temos a AEROPAR, e querem acabar com uma área de lazer do parnanguara que é o centro gastronômico, para ali colocar uma ordem, que não tem nada a ver com o centro histórico. Vai criar um impacto ali onde passam 20 mil pessoas para a ilha dos Valadares, onde existe a rodovia, onde existe o Mercado de Peixe velho, o Mercado de Peixe novo, onde se compra ostras, onde se pegam as embarcações para passeios na baía. A rodoviária, o estádio municipal, que abriga 17 mil pessoas, a Câmara Municipal. Vai se enfiar aquilo lá no meio para que o Rasca, que é candidato a Deputado Estadual, com a maior cara-de-pau, no dia 29 de julho, foi diante do espetáculo lá com 20 mil pessoas, um dupla caipira, que lá chegou a autorização desse aquário, quando esse aquário é pago pela Catalini e autorizado o lugar apenas pela Prefeitura.

Não venham querer enfiar aquilo ali no centro para fazer politicagem, porque ali não é local de se fazer política. Colocar ali um aquário para depois se promover e dizer que foi ele que trouxe.

É a empresa Catalini que merece o respeito de todos os parnanguaras. Não adianta o Rasca chegar lá com o Prefeito num palanque. Não sei o que é que assinaram, a firma deu o dinheiro, o Prefeito vai dar o local, não sei o que foram assinar lá em cima, para dizer que estavam dando à população um aquário.

Vamos acabar com essa história de fazer política antes do tempo e enganar o povo parnanguara.

Mais uma vez parabéns à nossa Paranaguá e que o Governador nos escute e ajudem o nosso povo, não ao Prefeito, mas o povo de Paranaguá, liberando, nem que seja parceladamente, esses R\$ 20 milhões que vão fazer um bem muito grande à nossa querida Paranaguá.

Salve Paranaguá!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Grande Expediente, com a palavra Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores. Dois assuntos me trazem à tribuna hoje.

O primeiro é uma Audiência Pública realizada em Rio Branco do Sul, na sexta-feira à noite, da qual participei, assim como o Deputado Neivo Beraldin aqui presente, o Deputado Edson Strapasson e o Kielse Crisóstomo.

É uma bandeira importante, onde nos comprometemos a apoiar e duplicar a chamada Rodovia dos Miné-

rios, que tem o nome de Rodovia Conselheiro Quielse Crisóstomo.

Essa rodovia, hoje, gera riqueza e tem um fluxo de milhares de caminhões todo dia. Só da Votorantin Cimentos, mais de 500 por dia e que hoje gera riquezas, gera impostos, mas que a região está sufocada, porque é a única ligação que temos, efetiva, para Rio Branco do Sul, Dr. Ulisses, Itaperuçu. Almirante Tamandaré tem outras vias de acesso, mas que precisam ser duplicadas essas estradas.

Estive há duas semanas atrás. Além da questão do tráfego, a questão da riqueza, que sugere uma necessidade de duplicação, e a questão de vidas.

Estive com um amigo que é o Stresser, que a filha faleceu com 22 anos, há um mês, nessa estrada. Formouse, um dia após a formatura teve um acidente de carro, porque ali, como passa muito caminhão com cal, cai na pista e fica um sabão. Sete horas da manhã, ela vindo para Curitiba, o carro deslizou e ela faleceu. Pois era, a questão de segurança e a duplicação dessa Rodovia dos Minérios é muito importante.

Além desse tema, um outro me traz à tribuna. Acho que todos temos visto na televisão, nos jornais, a questão da Venezuela. O Presidente Waldyr Pugliesi, por quem tenho respeito e admiração, é um democrata. O nosso ditador de plantão, um déspota, um tirano que é o Hugo Chávez, ele cassou 34 licenças de rádio no seu País e já comunicou que vai cassar mais 240. São 900 na Venezuela. Além disso, eles vão cassar 45 emissoras de televisão. Ou seja, ele está cerceando a liberdade de imprensa e quer ser membro do MERCOSUL. Isso não faz sentido. Realmente o Senado do Brasil tem que não aprovar, porque o principal pré-requisito é a democracia no País.

A Organização Mundial dos Direitos Humanos disse que estão acabando com a liberdade de imprensa, ele acabou de enviar, também, uma lei para a Assembleia Nacional, é assim que se chama o Congresso na Venezuela, aonde cria a figura do *crimini diatio* (*sic*).

Aqui está cheio de jornalistas e pessoas que trabalham em rádio e televisão. Lá na Venezuela, daqui para a frente, se você enviar uma notícia, divulgar uma notícia que eles consideram como um comentário, uma informação, que ele considera manipulada, que cause prejuízos aos interesses do Estado ou atente contra a moral pública, daqui para a frente você fica de um a seis anos preso. A reincidência, é 20 anos. Ou seja, com isto é totalmente tolhida a liberdade de imprensa naquele País.

E como é que se pode ajudar o povo da Venezuela, para que o povo não seja massacrado pelo que está acontecendo lá? O Brasil tem que se posicionar. Somos parceiro econômico importante. Temos que fazer como está se fazendo em Honduras, onde o mundo está dizendo que está errado. Está errado? O mandato do rapaz acabava agora, do Presidente de Honduras. Está se impondo sanções econômicas. A Venezuela, que é um País muito

maior, ninguém faz nada. E ele vai aprovar esta lei, porque ele tem um controle do Congresso na Venezuela. A Assembleia Nacional da Venezuela é totalmente chavista. Então, ele usa a própria democracia para aprovar leis que acabam com a liberdade. E o povo fica massacrado.

O Brasil só não pode aprovar, neste momento, a entrada da Venezuela, porque a democracia é um dos principais pré-requisitos, mas como também tem que começar a fazer sanções econômicas. Isto faz parte de uma ajuda àquele País.

Então, queria trazer esta mensagem, hoje, que nós do Brasil nos posicionemos, porque o que está acontecendo na Venezuela é o fim da liberdade, é o fim da democracia. E eu desafio algum Parlamentar, que defende o Hugo Chávez, vir aqui dizer que não está cerceando a liberdade de imprensa ou a liberdade de um povo inteiro, em função de uma chamada República Socialista Boliviarana, que está acabando com aquele País, transformando-o numa grande pobreza. Ele tem que gerar riqueza, gerar democracia, liberdade para que o País progrida, o que ele não está fazendo.

Muito obrigado.

Horário da Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra, no horário destinado ao PSDB, ao Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Marcelo Rangel, vou falar em homenagem ao primeiro dia de trabalho do mês de agosto. Quero cumprimentar às Sras. e Srs. Deputados, inicialmente dizendo que fiquei surpreso, em muitas regiões do Estado, pela penetração da TV SINAL.

Cheguei na última sexta-feira, estivemos lá junto com o Deputado Douglas Fabrício, chegamos em Cianorte e tinha aproximadamente 50 pessoas no aeroporto, e pelo menos daquelas pessoas, 10 pessoas vieram conversar comigo devido à TV SINAL. Inclusive quero aproveitar, está sentado à Mesa o Deputado Nelson Justus, Presidente da Casa, Deputado Alexandre Curi, e me rendendo à importância que tem a TV SINAL para o interior do Estado do Paraná, quero fazer um apelo, Deputado Nelson Justus: Região Sul do Estado do Paraná precisa do sinal da TV Assembleia.

Ao viajar pelo Estado do Paraná, devido ao cargo que ocupo no PSDB, Presidente do PSDB, tenho sentido que em todas as regiões aonde a TV SINAL existe, há repercussão do nosso trabalho. Encontrei muitas pessoas que elogiam o nosso trabalho, principalmente o nosso posicionamento, não só o meu, mas de muitos Parlamentares de Oposição nesta Casa. As pessoas admiram a coragem de uma meia dúzia de Parlamentares de contes-

tar e mostrar, ao Governo do Paraná, os equívocos, os erros, a falta de projeto que este Governo tem.

Nós que fizemos quase 10 mil quilômetros nos últimos 20 dias, percebemos que não dá mais para viver de saudades. Não dá mais, para por a culpa da situação das rodovias ao Governo anterior. O Governo anterior já se foi, vai fazer sete anos que o Governo terminou. E este Governo ainda justifica a sua inoperância no setor das rodovias colocando a culpa no Governo anterior. Não tem mais jeito. Já estão com saudades do Valdir, daí não é mais do Valdir é do Waldyr Pugliesi que foi um bom Secretário dos Transportes, que recuperou a maioria das rodovias. Mas, as rodovias do Paraná neste momento, estão em precárias condições. Para quem viajou para o Sudoeste é um verdadeiro caos.

A rodovia que liga a 476 aos Municípios de Palmas, Clevelândia e Pato Branco teve inúmeros acidentes com morte. Inclusive faleceu num acidente, numa reta por causa de buracos, um funcionário do Governo de Santa Catarina. Se formos citar as rodovias, temos a de Irati-União da Vitória, a rodovia 476 passando por Bituruna, Pinhão, Guarapuava, ou precisa de uma recuperação ou tem que fazer uma rodovia nova. Não tem mais como justificar com a questão do pedágio. Mas, as rodovias pedagiadas, e aí é que vem a incompetência, todos concordamos que o pedágio no Paraná é muito caro, mas as rodovias pedagiadas no Paraná também carecem de fiscalização.

O Governo esquece de fiscalizar as concessionárias. Há trechos sem fiscalização. Porque não fiscalizar e exigir das concessionárias uma boa conservação? Srs. Deputados, quando estiverem percorrendo uma rodovia pedagiada parem num pedágio e façam uso dos banheiros públicos e das salas que têm de emergência, para verem o descaso e o abandono. Agora, é culpa de quem? Se a culpa do pedágio e do preço alto é do Governo anterior, a culpa da manutenção das rodovias pedagiadas e do atendimento ao usuário é do Governo. Aí é incompetência.

É um Governo que não recupera as rodovias estaduais, vive de saudades do Governo anterior, são as viúvas do Jaime Lerner e esquece de fiscalizar as rodovias pedagiadas. O Governador está muito irritado e deixa de pensar no que é importante para o Estado. Antes de andar de avião, de helicóptero temos que andar de carro, porque a situação é precária.

E amanhã quero trazer números da Secretaria da Segurança. Se o Secretário da Segurança, tivesse o mínimo de vergonha ele seria demissionário. Ele tem coragem de vir aos meios de comunicação e dizer que a segurança do nosso Estado está boa. Vou citar um exemplo, represento dois Municípios do Paraná que fazem divisa com Santa Catarina - União da Vitória e Rio Negro. Estive visitando o PSDB de Rio Negro, e comparar o atendimento de segurança de Mafra e de Rio Negro, não poderemos dizer como somos paranaenses. E isso

está acontecendo no Estado do Paraná todo, nos bairros de Curitiba, na Região Metropolitana. Enfim, não há segurança no nosso Estado. A população de Santa Catarina é a metade do Paraná e tem o mesmo efetivo do Paraná. Não se faz segurança sem efetivo. Não se faz segurança com o discurso. Porque não trazemos os números reais, não os números do Secretário da Segurança, porque os números dele são de alguém que quer se manter no cargo.

Deputado Elio Rusch ouvir falar de V. Exa. também, e muito bem, pela sua atuação, transmito o que alguns paranaenses disseram de V. Exa. Sabe o que os eleitores estão dizendo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. que é aliado não pode só dizer amém, tem que chegar lá no homem. Duvido que V. Exa. não tenha recebido reclamações da segurança. O Secretário da Segurança ainda está com coragem de faltar com a verdade com os números da segurança do nosso Estado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Rossoni, eu, na verdade, quando concedo aparte a V. Exa., nunca pauto o seu tempo, V. Exa. normalmente fala o tempo que quer para poder expor o seu ponto de vista. E normalmente, como V. Exa. é um homem que tem um raciocínio extremamente elaborado, por óbvio, sempre ocupa um tempo um pouquinho longo, mas para mim é muito bom ouvi-lo.

Deputado Rossoni, V. Exa. sabe que quem administra hoje as concessões do Paraná não é mais o DER.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quem é?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

A Justiça Federal. Quem administra hoje, quem teve que fazer um Termo de Ajustamento de Conduta com a RODONORTE, para que a RODONORTE pudesse fazer minimamente algumas obras no trecho, que é cerca de 40% das rodovias pedagiadas, foi o Ministério Público Federal que propôs um Termo de Ajustamento de Conduta. O senhor sabe, Deputado Rossoni, que o Governo do Estado do Paraná está praticamente afastado da gestão das concessões.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Praticamente ou afastado?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Praticamente. Vou repetir, V. Exa. sabe que o Governo do Paraná está praticamente afastado, porque cada vez que toma uma medida em relação à fiscalização e todos os atos de gestão que tem que praticar, as concessionárias requerem à Justiça Federal, com base no famigerado acordo que fizeram em juízo, que postergou obras e que definiu uma outra estrutura do ponto de vista das rodovias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A questão das rodovias, quero que V. Exa. me esclareça, talvez eu não tenha esse conhecimento: a conservação das rodovias é a Justiça Federal? Então, vamos fazer aqui uma Audiência Pública e chamar a Justiça Federal para nos prestar contas, porque estamos pagando!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Por incrível que pareça é quase isso, as decisões, hoje, que o Governo toma em relação ao pedágio, às concessionárias de pedágio, todas elas são objeto de recursos e de ações judiciais que questionam a postura do Governo. E não estou falando aqui de tarifa, estou falando de obras que eles postergaram pelo famoso acordo que o Governo anterior fez. Fez e foi questionado pelo Ministério Público Federal, mas depois acabou sendo reconhecido pela Justiça e é o que está valendo. As obras foram postergadas, duplicações, e mais, a conservação das rodovias, eles estão mal conservando as rodovias em um limite do que a técnica exige.

O fato é o seguinte: obras que estão visivelmente superfaturadas, basta ver o trecho de Castro e Carambeí, onde eles colocam uma placa de R\$60 milhões para um trecho de 25 quilômetros. Ora, reconhecidamente, grandes extensões de rodovias têm recebido quase nada de manutenção por parte das concessionárias. E vou dizer que quem administra hoje os contratos não é o DER, é a Justiça Federal. E eu também concordo com V. Exa.: tem que chamar aqui, o DER, chamar a Justiça Federal e discutir porque ninguém aguenta mais pagar esse pedágio, essa roubalheira dessa tarifa e mais ainda, com a péssima manutenção e conservação e as obras que eles não estão realizando. É de fato muito complicado e é uma denúncia grave que V. Exa. faz.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É verdade. V. Exa. só me deixa um pouco confuso. Quando usamos, supostamente, não sabemos se é afirmativo. Agora, a fiscalização, por exemplo, daquela rodovia que está esburacada e que tem pedágio, eu ainda acredito que é do DER.

Então, acho que V. Exa., como líder e com o poder que tem falado aqui pelo Deputado Belinati, poderia fazer um convite ao Diretor do DER, ou ao Secretário dos Transportes, para fazermos uma reunião e para que ele esclareça, porque se for a Justiça Federal, não interessa quem é, vamos convocar, vamos convidar para esclarecer, porque estamos pagando o pedágio mais caro do Brasil. E se estamos pagando o pedágio mais caro do Brasil, temos que ter as melhores rodovias do Brasil.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Estou aqui na Assembleia há dois anos e meio. Essa história do pedágio de que ele baixa ou acaba, ouvi

quando vim para cá. Quando me elegi ouvi aquele zum no meu ouvido. Já havia algumas Audiências Públicas, para o pedágio.

Sempre o Governo e seus representantes aliados vão lá discursar, defendem o Governo, atacam o anterior, não resolvem o problema do pedágio e jogam a culpa na Justiça. O senhor ouviu o líder falar que a culpa foi para a Justiça.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Acho que é um equívoco do líder, mas não quero ser afirmativo.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

A culpa nunca é do Governo, sempre é de alguém.

Onde está a Estrada da Liberdade? Não iriam construir no segundo mandato?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Douglas, mas essa era para ser construída no papel, para ganhar as eleições. Depois, não precisa mais.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Esse é o Governo que temos no Paraná. Quando se fala alguma coisa do Governador Requião, ele joga a culpa nos outros. Eles não se assumem que não estão fazendo, ou a responsabilidade.

Parabéns, pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Veja como é engraçado! Vamos observar? O Deputado Romanelli fez a defesa, nos deixou a todos mais em dúvida ainda, sobre a questão da conservação das rodovias pedagiadas. Mas não disse um “a” sobre a Segurança do Estado. Há duas pessoas que acreditam que a Segurança do Paraná está indo bem: o Secretário e o Governador, que está sendo enganado pelo Secretário.

Ele não tem a obrigação de estar por dentro de tudo o que diz respeito à segurança. Quem tem que levar as informações ao Governador é o Secretário. Infelizmente, esse Secretário será lembrado como o pior da história, como o pior da Segurança do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Não vou mais me ater à questão do pedágio, porque é vergonhoso estarmos aqui discutindo isso. O grande estelionato eleitoral aconteceu há seis anos.

Apenas fazer uma lembrança, quando V. Exa. traz à tona a questão segurança. Sessenta e cinco por cento da população está insatisfeita com a segurança. Há alguns dias atrás, o Pinóquio da Secretaria de Segurança afirmava que a região de Foz do Iguaçu vivia um grande momento.

Foi comprado um ou dois aviões, para fazer a proteção da área de fronteira. Dizia-se que os índices eram os melhores possíveis. Na mesma noite, o Jornal Nacional traz em notícia dizendo que Foz do Iguaçu tinha o maior índice de violência, de assassinatos, de jovens na faixa de 16 a 21 anos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quando discutimos aqui algumas questões e até fizemos críticas ao Governo, em vários pontos - o Deputado Elio Rusch tem feito isso com propriedade, no exercício da Liderança da Oposição- sempre há o questionamento e a resposta. Mas, está se chegando a um ponto, que nem o Líder do Governo tem coragem de defender a Segurança Pública do nosso Estado. Vamos ter que instituir um troféu, para o pior Secretário de Segurança do Paraná. Ele fala muito e faz pouco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário das Lideranças: PDT.

(Declina).

PMDB. Com a palavra, o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho ouvido repetidas vezes esses relatos desses assassinatos que acontecem não só aqui no Paraná, mas em todos os cantos do Brasil. São legiões de jovens submetidos às drogas que se consomem e não é fácil o impedimento dessas coisas.

Na realidade a pergunta mais pertinente, no meu entendimento, em relação a esta questão será naquele sentido - mas por que estas coisas estão acontecendo? Será que não é o fracasso total do modelo capitalista que está deixando sem rumo milhões de jovens por aí fora? O capitalismo, pregou a solução das questões que envolvem os seres humanos, mas não deu solução a eles. A corrupção, o desemprego, a falta de perspectiva no amanhã são coisas do dia a dia. Então, é simples se falar assim - olha, aqui aconteceram meia dúzia de assassinatos - é como falaram ali - um tem 15 anos, assassinou alguém de 17 anos que deu uma facada antes em não sei quem, não estudam, não trabalham, estão submetidos ao crack.

Então, é fácil se colocar todos esses problemas na cota de débitos de qualquer Governo. Outras coisas não. São de responsabilidade sim dos Governos. Agora, as coisas são assim na política. Outro dia, eu vi manifestações em favor de aumentos absurdos, que deveriam ter sido concedidos aos funcionários públicos e hoje se questiona o Governo porque aumentou em 13% os gastos com os funcionários públicos efetivos, não efetivos, pensionis-

tas, aposentados. Então, eu não sei qual a posição. As coisas são assim.

Veja bem - Dr. Batista, V. Exa. que é muito interessado nas questões políticas, veja bem, tem uma declaração aqui do Presidente Nacional do meu partido, dizendo o seguinte: "Saíam do PMDB e não terão questionamentos em relação a fidelidade partidária". Olha, eu conheço muito bem o Presidente Michel Temer - é um grande constitucionalista e ele não poderia, no meu entendimento, nem num momento de rara infelicidade fazer uma declaração dessas, porque a declaração, no meu entendimento, é antipartidária. O que o Presidente do PMDB nacional está dizendo - baguncem o correto dentro da nossa organização e saíam livres e soltos para onde bem entenderem e nós não vamos fazer questionamento nenhum. A direção nacional poderá não fazer questionamento nenhum. A direção nacional poderá não fazer questionamento, mas aqui o PMDB do Paraná vai fazer sim, Presidente Michel Temer. Nós levamos décadas e décadas construindo um partido, trabalhando no sentido da construção do regime democrático e o regime democrático pressupõe a existência de imprensa livre, pressupõe a existência de partidos fortes, não de partidos de aluguel e não de membros que achincalham a vida partidária.

Discordo da Presidência nacional do meu partido quando de maneira infeliz diz isso aqui, tanto é que o Deputado Mauro Moraes que não está presente na Sessão de hoje, e se ele estivesse aqui eu faria o mesmo pronunciamento.

O que ele pretendeu, Presidente Nelson Justus, neste dias anteriores? Bateu às portas da Justiça eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral, o que pediu ele liminarmente? Uma decisão da Justiça Eleitoral para que ele abandonasse o PMDB e levasse o mandato consigo. Logicamente, que a Justiça Eleitoral antes do aprofundamento da questão não tomou uma decisão favorável a ele negando-lhe a liminar, essa questão está em discussão. Nós hoje, nessa segunda-feira estamos terminando o nosso arrazoado para dizer em relação a essa questão tudo aquilo que aconteceu, é a visão partidária, o partido é uma parte e como ele próprio diz para representar a sociedade.

Agora, alguém quando entra num partido deveria ter a convicção que ali estão elencadas as posições que ele pretende ser implantadas no seu Estado, no seu País, mas no afã de conquistar, muitas vezes votos de maneira fácil, os partidos escancaram as suas portas! Não é o caso do Deputado, mas muitas vezes acontece isso, escancaram as suas portas para entrada de picaretaços de todos os tamanhos, malandros que muitas vezes querem, sob uma sigla partidária fugir das ações que a própria Justiça pode fazer no sentido deles. Então, era comum e é comum ainda e nós todos os dias vemos isso: gente se homonizando, como se fossem bandidos, entrando nos partidos e aí os partidos ficam apequenados e, para chegar na generalização de tudo é muito fácil.

Existem partidos e partidos, o que eu presido eu pretendo fazer ser respeitado como sempre foi! Inclusive, Sr. Presidente, nessa questão do Presidente do Senado, eu até hoje falei para a imprensa: não sei por que o José Ribamar entrou no PMDB, não tem nada a ver com o PMDB, nada a ver! Mas, está lá usando a sigla do partido e exercendo a Presidência do Senado! Me perguntaram o que eu achava? Acho que ele deveria se afastar da Presidência para que, de maneira imparcial, pudesse ser julgado, porque o Senado não pode ser propriedade de ninguém, mesmo que tenha biografia de ex-Presidente como pretendeu o Presidente Lula fazer muita gente crer!

Então, alguém vem corretamente durante 50 anos tendo uma vida irrepreensível, depois ali diante comete as maiores estrepolias, em tese eu estou falando e na hora do julgamento falam: “Não, esse cara não era assim!” Não, não é assim, portanto está aqui a declaração, estou batendo de frente com uma decisão, decisão não porque ela é ineficaz, no meu entendimento, como é que pode o Presidente do partido falar: “Saíam, levem os mandatos.”

Não, quando quiseram entrar no PMDB muitas vezes eu estava na porta da entrada impedindo a entrada de determinadas figuras desse Estado no meu partido e agora se o Presidente está querendo ser o vice da Dilma Rousseff, querendo costurar uma aliança do PT com o PMDB eu acho tudo isso legítimo, o PT é nosso parceiro preferencial. Eu vejo assim: nós temos questões populares, precisamos decidir a presença do Estado na economia, nós precisamos discutir propostas, agora não me venham com essa!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, eu faria um apelo a V. Exa. Gostaria de conceder o aparte para o Deputado Rossoni, que tenho o maior respeito, sei que 30 segundos é muito pouco para ele fazer esse aparte, que espero possa ser inserido no meu pronunciamento.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Pugliesi, eu como Presidente do PSDB, quero inicialmente cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Segundo dizer-lhe que imagino a sua angústia, porque viver partidariamente hoje no Brasil é extremamente difícil, porque poucos fazem partido, alguns fazem confusão. Imagino V. Exa. um homem de uma história longa dentro do MDB e do PMDB, ver o que está acontecendo no Senado da República.

Quero apenas cumprimentá-lo, ser solidário a V. Exa. e, certamente as pessoas e os eleitores do Paraná sabem diferenciar, como sabem diferenciar dentro do PSDB as pessoas que agem partidariamente correto.

Essas pessoas que V. Exa. cita, e o que está acontecendo no cenário político brasileiro, o que mais me assusta de tudo isso é a defesa que o Presidente Lula faz do José Sarney.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, agradeço o aparte do Deputado Valdir Rossoni, e queria fazer ainda com a proverbial tolerância um registro. Sou um homem que me habituei, desde criança, a ler jornais. Era característica do jornal Estado de São Paulo apresentar, na primeira página, muitas vezes receitas de bolos ou de poesias de vários autores, porque naqueles espaços onde estavam as receitas de bolos, eram espaços onde a censura da ditadura militar tinha batido. Então, o jornal foi censurado por aí fora.

Agora eu vejo um Desembargador do Distrito Federal, ligadíssimo à família Sarney, proibindo o jornal de notificar coisas que, no meu entendimento, são importantes para que os eleitores possam se valer de informações para formarem a sua opinião, o seu juízo.

Então, na verdade, é uma censura prévia, que em tempos de estado democrático de direito aparecem de novo. Não podemos concordar nunca com nenhum tipo de censura à imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, o Deputado Douglas Fabrício. Antes porém, pela ordem, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Presidente Nelson Justus, faço uso da palavra para pedir adiamento de uma Sessão pública que iríamos fazer no dia 6, agora, sobre o assunto metroviário. Assunto de transporte coletivo sobre trilhos da nossa Região Metropolitana.

Tendo em vista que ainda não se chegou a um consenso sobre quem efetivamente deveria participar, a URBS, a COMEC, enfim, todos os órgãos capazes de promover um bom debate, peço a V. Exa. o adiamento. Comunico à Casa que não haverá então esse encontro sobre metroviário da Região Metropolitana de Curitiba.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Será comunicado à Comunicação da Casa e à Mesa, para que seja adiado o evento.

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Aproveitei esse período de recesso para que pudéssemos estar presentes aos Municípios, conversando com a população, fazendo reuniões de prestação de contas do nosso trabalho.

Fui mais para ouvir até do que para falar, ouvir das pessoas, conversando com lideranças de uma maneira geral, não apenas com a população, pessoas que exercem cargos de Prefeitos, Vereadores, Presidentes de partidos, diretores de escolas, enfim, pessoas que influenciam a comunidade.

Ouvi uma sonora reclamação com relação ao Governador, dizem que ele está sendo muito educado com alguns Prefeitos quando vem ao Palácio. Teve reclamação desse natureza.

Tem Prefeito que veio falar comigo dizendo que não vem mais falar com o Governo, porque o Governo, além de não atender bem, também não atende bem quanto à questão de obras.

E me questionaram: “Deputado, qual é a grande obra que o Governador fez na região da COMCAM?” Somos uma região composta por 25 Municípios. Dá mais de 300 mil pessoas.

Qual é a grande obra que foi feita? Infelizmente não temos uma resposta positiva nesse sentido. Falar de alguma reforma de colégio que nós Deputados aprovamos aqui, uma ou outra escola que possa ter sido construída. São quase oito anos. Mas agora chegaram os ônibus, e foi por cobrança nossa e aprovação de todos os Deputados que esses ônibus foram comprados.

Aliás, registrar que foram comprados para atingir o número que o Governo precisava chegar com relação ao percentual do orçamento, porque senão, nem isso teria comprado.

Mas alguém sabe me dizer de uma grande obra que gerou desenvolvimento no Paraná? Porque se falar da isenção do ICMS para as pequenas empresas, foi uma conquista importante, nós Deputados aprovamos. Ninguém votou contra. Deputados de Oposição e Deputados do Governo aprovaram.

Se falar do aumento que deram na energia elétrica, na gasolina, no telefone, foram aprovados pela Assembleia. Fui contra, assim como vários outros foram contra, porque esse dinheiro está tirando dos Municípios R\$ 40 por pessoa, só este ano.

O senhor pode fazer a conta lá de Ponta Grossa, quantos recursos, quanto de dinheiro que vai sair do povo de Ponta Grossa para vir para o caixa do Governo. Eles prometeram que iam baixar os produtos de consumo popular, enfim, fizeram um monte de discurso aqui, só que na ponta do lápis não está baixando, o IPARDES fala sobre isso, que não estão baixando os preços. Já se fala na expectativa das eleições do ano que vem. O pessoal não aguenta mais o Governo que está aí.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Parabéns pelo seu pronunciamento. Veja como é importante você ouvir as pessoas.

Nesses últimos dias viajei muito pelo Estado do Paraná, visitando os Municípios dos Campos Gerais, Noroeste e Sudoeste, e também ouvi as mesmas reclamações que V. Exa. está trazendo a esta tribuna.

Falaram muito a respeito do Governador. Fiz uma pesquisa em Ponta Grossa nesses últimos dias. O Governador tem uma aceitação de 45% em Ponta Grossa, mas poderia ser muito melhor se o Governador não fosse tão cabeça dura. Digo isso porque, infelizmente, ouvimos há pouco um pronunciamento do Deputado Reinhold Stephanes Júnior, falando sobre o Presidente Chávez. No Brasil também temos alguns pupilos, algumas pessoas que não admitem nem conselhos. Principalmente conselho da Assembleia Legislativa, que representa o povo do Estado do Paraná. A lei do estrangeirismo, por exemplo, nós aconselhamos que seria um erro. Mesmo assim, o Governador, o líder supremo, não admite intromissões e sancionou algo que é considerado, também, um grande erro constitucional, acima de tudo.

Agora, o que as pessoas nos cobram, Deputado Douglas Fabrício, é presença. Cobram dos Deputados Estaduais, dos Vereadores, cobram a presença, o contato, para que o Deputado ouça. Cobra do Governador Roberto Requião que ele ouça mais as pessoas, que o Secretário da Segurança Pública ouça o clamor público sobre a Segurança Pública no Paraná, que está terrível. Estamos passando por um verdadeiro caos na Segurança Pública, devido à falta de investimento, à falta de efetivo. E, infelizmente, não dão ouvidos a estes representantes populares, os Deputados Estaduais. E falam, também, sobre a eleição do ano que vem.

Deputado Douglas Fabrício, me permita usar um pouco do seu horário para dizer o que as pessoas falam a respeito do Osmar e do Beto. Dizem o seguinte: que seria uma benção para o Estado do Paraná se houvesse a união entre o Osmar e o Beto, e que saísse apenas um candidato que representasse esta Oposição aqui na Assembleia Legislativa, que representasse os anseios do nosso povo com relação a ouvir mais os nossos eleitores, nossos paranaenses, que seria diferente do que está aí, e mudasse este ciclo político no Estado do Paraná.

É isto o que eu também gostaria de ver. Por isso estou trazendo o clamor das pessoas, nosso eleitores. Acho que seria interessante trazermos aqui para a Assembleia, nós que somos representantes do PPS, o PPS apoiou o Senador Osmar Dias na última eleição, apoiou o Beto Richa. E gostaríamos de ver esta grande união, para o bem do Estado do Paraná.

Para terminar, mais um vez dizer que o senhor tem toda razão com relação à Segurança Pública. Infelizmente, nossa Secretaria da Segurança Pública deixa muito a desejar.

É isto.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

V. Exa. falou que o Governador Roberto Requião não tem nenhuma grande obra. Só para reflexão: o

Governo que aumenta por conta própria os gastos com a Educação, de 25 para 30%, eu acho que faz uma grande obra. Milhares de ônibus estão aí, senão todos até agora, à disposição dos nossos alunos pelo Paraná afora, este conjunto, só para ficar na brevidade do aparte.

Gostaria que V. Exa., que é um Deputado que gosta de pensar, fizesse reflexão. Por exemplo, o Deputado Jocelito Canto, aquela obra daquele monumental hospital de Ponta Grossa, não é uma grande obra? E as 80 Clínicas da Mulher e da Criança já prontas e entregues, com mais 150 sendo construídas com dinheiro - todo ele - aqui do Paraná, não é, no conjunto, uma grande obra?

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Quero agradecer o aparte do Deputado Waldyr Pugliesi, ele falou algumas pequenas obras que o Governo do Estado está fazendo. Vamos somar quanto dá, Deputado Marcelo Rangel, a arrecadação do Estado nos últimos oito anos, nem precisa os oito, pega só do Governador Roberto Requião. Quanto de recurso entrou no Estado do Paraná? Ele falou em 80 Clínicas da Mulher. O Paraná tem 399 Municípios. Ele falou de um hospital lá em Ponta Grossa. Lá na nossa região não construiu nenhum.

Podemos continuar esta discussão, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que é uma pessoa muito educada, que eu lhe respeito muito, até porque é importante essa discussão. E pode ser que o Governo, ainda tem um ano e meio de Governo, e nessa discussão posamos, de repente, que o Governo Requião possa pensar e ouvir mais, ouvir a Oposição, que pode ser que ele resolva fazer alguma coisa que beneficie realmente, de fato, todos os paranaenses, porque por enquanto tem muita crítica que eu ouço com relação ao Governo Requião.

Agora, tem uma vantagem, eu venho aqui e falo, tem muitos Deputados que ouvem a crítica e preferem não falar. Isso é também uma decisão pessoal de cada Deputado. Mas depois nós vamos falar sobre a questão do partido, a pessoa sair de um partido e ir para outro. Esse é um posicionamento que V. Exa. falou ainda na tribuna, nesta tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: Democratas. Com a palavra Deputado Plauto Miró.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deixar registrado nesta Casa o que aconteceu na última semana, em especial na última sexta-feira, quando

de uma posição nos meios de comunicação na nossa Cidade de Ponta Grossa. Eu vou, preliminarmente, aqui falar de que em torno de uns 60 dias atrás veio em pauta a discussão, um grande falatório no Município de Ponta Grossa, de que iria ser depositado naquele Municípios o lixo que é produzido em Curitiba. Lá no Município um aterro sanitário privado está sendo construído, tentando verificar, dentro de todas as necessidades e as exigências ambientais, e ocorreu aos quatro cantos de Ponta Grossa seria o depósito do lixo da Capital.

Uma preocupação grande aconteceu nos moradores daquele Município, lideranças políticas, empresariais, entidades, todas elas começaram a mobilizar-se para ver da veracidade de tudo aquilo que estava sendo falado. Me preocupou, naturalmente, como representante daquela Cidade, e procurei o Prefeito de Curitiba e levei a ele tudo aquilo que estava se falando. E uma informação importante ele deu, e que com muita tranquilidade deixou claro de que o aterro do Caximba, que recebe o lixo de Curitiba, sua capacidade está quase no final, e que o Município de Curitiba vem encaminhando ao órgão ambiental estadual, ao IAP, o licenciamento de aterros para que possa receber o lixo aqui produzido.

Na sexta-feira, depois que conversamos com o Prefeito, ele veio a público nos meios de comunicação, em especial na Rádio Tropical no Município de Ponta Grossa, dizer que não é verdade, que Curitiba vai mandar o seu lixo, o lixo aqui produzido, para ser armazenado num aterro sanitário no Município de Ponta Grossa. Uma importante informação que tranquilizou a todos os pontagrossenses, a todos os moradores daquele Município, às lideranças políticas, às entidades, que estavam muito preocupadas com aquilo que vinha sendo discutido, e não era verdade.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Plauto, esse é um assunto que me preocupa muito, porque o problema é que na medida em que o aterro é privado, e a própria lei permite que o lixo de outros Municípios sejam levados para esse aterro, tudo pode para acontecer. Então, apesar de, não estou discordando do senhor, acho que essa informação é correta, mas acontece que essa possibilidade de acontecer esse fato, e com isso é que temos que estar todos preocupados, eu por exemplo tenho sido procurado por professores da universidade, eu sou professor do Departamento de Geociências da Universidade de Ponta Grossa, e temos um grande geólogo lá, o professor Mário Sérgio tem me procurado, passando uma série de informações, tem se manifestado publicamente em todos os jornais pontagrossenses, e sem dúvida nenhuma esse é um assunto que merece muito a nossa preocupação. Mas também fui informado que a Câmara Municipal está achando uma solução para o caso, alterando a lei para que eu não

possa, lixo de outros Municípios, ser colocado no aterro de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Deputado Péricles de Mello, a sua preocupação é a preocupação de todos os moradores de Ponta Grossa.

Repito, quando levamos ao Prefeito Beto Richa aquilo que estava sendo falado aos quatro cantos em Ponta Grossa, ele deixou claro que não existe a possibilidade de mandar o lixo de Curitiba para Ponta Grossa. E para confirmar tudo isso, foi a público nos meios de comunicação de Ponta Grossa e, na maneira dele entender e ver, tem uma mobilização, está sendo feito um trabalho de opositores para tentar atingir sua pessoa em Ponta Grossa, já visando as próximas eleições.

Deixo aqui registrada a posição pública do Prefeito de Curitiba, dizendo que não existe e nunca existiu a possibilidade do lixo gerado na Capital do Estado ser encaminhado ao aterro sanitário de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Plauto, entendi a sua colocação, nada contra a palavra do Beto Richa, mas o problema não é esse. O problema é que o aterro em Ponta Grossa é privado, e o objetivo de qualquer empresário privado é buscar o lucro, e como na legislação há uma possibilidade do aterro receber lixo de outros Municípios, e essas duas coisas conjulgadas vão levar a quê? Que Ponta Grossa acabe recebendo o lixo de outros Municípios, muitos que não têm aterro sanitário, se não houver mudança na legislação. Inclusive o Deputado Jocelito vai apresentar uma emenda de 80 quilômetros de distância, é importante a emenda, mas precisa ser mais limitadora. Vou trabalhar muito com esse assunto ainda nesta Casa, estou estudando isso com profundidade com geólogo, e é um assunto que merece a maior preocupação de toda a comunidade de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais.

Estou apresentando um requerimento requerendo a reserva do plenário desta Casa no dia 23 de setembro de 2009, para realização de Sessão Solene em homenagem aos 100 anos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A atual universidade teve início como escola de aprendiz artífices, é uma referência para todo o Paraná e Brasil, e merece ser homenageada por esta Casa. Estamos pedindo, inclusive, o uso do espaço cultural para uma

exposição entre os dias 25 de agosto a 25 de setembro, e a utilização da entrada principal para exposição do minivião. Espero contar com o apoio de todos os Srs. Deputados.

Concordo plenamente com a sugestão do Deputado Douglas Fabrício, de que devemos fazer uma moção ao Tribunal de Contas para que não tome nenhuma atitude com relação aos professores que fizeram curso na VIZIVALE. Foram 35 mil, todos sabemos, mas desses 35 mil, 10 mil foram aprovados em concursos públicos em mais de 300 Municípios do Paraná. E como não está registrado o diploma, há uma situação complexa: se o Tribunal de Contas passar a exigir o diploma, os prefeitos têm que demitir os professores. Mais do que isso, muitos desses professores tiveram uma ascensão funcional na sua carreira e estão correndo o risco também de perder essas gratificações dessa ascensão funcional.

Então, acho que todos nós, como disse o Deputado Reni Pereira, em ordem alfabética em questão do Paraná, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, possamos fazer uma moção de apelo em requerimento ao Tribunal de Contas e um conjunto de Deputados, uma comissão de Deputados, irmos até o Tribunal de Contas, eu já fui duas vezes lá como Presidente do Conselho de Educação, com outros Deputados, para que o Tribunal de Contas espere a solução da questão da ADIN e dê um prazo maior para que esses professores não sejam prejudicados enquanto não sai o registro dos diplomas, mesmo porque há uma intensa mobilização no Paraná a partir da entrada do Governador do Estado com a ADIN dos professores.

Há alternativas sendo buscadas: na quinta-feira passada eu estive em Santa Tereza do Oeste, perto de Cascavel, em uma assembleia com mais de 200 professores. Vou estar em Maringá este mês, em Londrina. Vai haver uma grande mobilização em Curitiba, o movimento está se radicalizando, porque realmente passou a ser uma novela, como disse um jornal de Ponta Grossa, da VIZIVALE. Os professores não pararam, foi montada uma comissão depois daquela grande assembleia de 4 mil professores, no Sudoeste, em Francisco Beltrão, são 26 professores representando todo o Paraná, territorialmente distribuídos de forma equilibrada no Estado. Esses professores estiveram acompanhando a marcha dos Prefeitos em Brasília, conversaram com o Senador Osmar Dias, com o Senador Flávio Arns, com vários Deputados Federais, é o caso do Deputado Federal Ângelo Vanhoni. Conversei com os dois Senadores e com o Deputado no Município de Pinhais, na inauguração do Pró-Jovem. E agora, no mês de agosto, o Ministro vai atender novamente uma comissão do Paraná, agora mais forte, porque os Senadores da República participaram, a comissão dos professores, Deputados Estaduais e também aquela comissão que montamos há mais de um ano aqui, para ter uma conversa definitiva com o Ministro.

Há uma ideia de que um Instituto Federal ou a Universidade Federal possam realizar uma complementação para esses 35 mil alunos. As disciplinas serão reconhecidas, pelo menos grande parte delas, e esses alunos terão uma pequena complementação para conseguirem registrar os diplomas de normal-superior, ou aceitam uma complementação maior para ter o registro de um diploma em pedagogia plena. O Instituto de Tecnologia do Paraná, Instituto Federal Tecnológico, IFEP tem uma abrangência e tem uma distribuição dos seus campos em todo o Paraná, em várias Cidades do Paraná e também tem especialidade em educação à distância, o que facilitaria em muito esse trabalho.

Então, a luta não parou. Pelo contrário, se intensifica em todo o Estado. Temos ainda muita esperança de que esse problema seja resolvido e precisamos da compreensão do Tribunal de Contas, para que esses professores não sejam prejudicados de forma imediata, porque eles vão receber, acredito, os seus diplomas, não podem ser tratados como bodes expiatórios dos problemas da Educação brasileira.

Quem conhece a problemática da Educação brasileira sabe o que existe de erro no Brasil. E agora, pegarem esses professores que fizeram esse curso de boa fé, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, para bodes expiatórios, não podemos concordar com essa situação e vamos continuar mobilizados, lutando a favor do registro. Inclusive, lá em Santa Tereza do Oeste, temos um acordo de propor uma grande reunião da comissão formada por várias entidades, aqui, da Assembleia Legislativa, somada à comissão dos 26 professores, que se criou no Sudoeste.

Então, essa luta continua, concordo plenamente com o Deputado Reni e tenho certeza de que todos os Deputados da Assembleia Legislativa que já votaram por unanimidade, derrubando o veto, aprovaram o projeto, fizeram moção de apelo ao Ministro da Educação, ao Presidente da República, todos concordaram com a posição e a postura do Tribunal de Contas.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Péricles, só queria dizer que esse trabalho, que V. Exa. comanda aqui na Assembleia Legislativa com relação ao respeito aos professores formados por essa empresa, é um trabalho válido e muito importante. V. Exa. está de parabéns.

Apenas não consigo entender a decisão do Governador do Estado do Paraná, em entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade contra os professores formados por essa empresa. Também não consigo entender como os responsáveis por esse curso ainda não estão na cadeia. Não consigo entender que uma empresa, que praticou o estelionato a olhos vistos, no Estado do Paraná e no Brasil inteiro, tomou conhecimento desse caso, está livre. Eles lesaram milhares e milhares de pessoas que estão sofrendo até hoje.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado Marcelo, a começar pelo Conselho Estadual de Educação, que aprovou o curso. Sem dúvida nenhuma que é essa aprovação do Conselho Estadual, que o Ministério e o Conselho Nacional questionam. O começo do problema está aí e desse surgiu outro, que foi o IESDE matricular alunos que não cumpria os pré-requisitos. O senhor tem toda a razão. Discutimos isso lá.

Vamos conseguir os diplomas, mas mesmo assim, acho que aquelas entidades que cometeram o erro com os alunos, devem ser punidas. Estamos com uma CPI aqui, praticamente pronta para iniciar, com tudo assinado. Porque há os danos morais dos professores, a indenização e a punição a essas entidades. Sem dúvida nenhuma concordo totalmente com o senhor.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Tem meu apoio.

Pedi um aparte no início do seu pronunciamento, porque a preocupação com relação ao aterro é muito grande. Todos os Deputados da Região dos Campos Gerais já se manifestaram a respeito disso. Propus uma reunião com os Deputados, Vereadores, professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Acredito que na próxima semana, daqui a 10 dias, possamos nos reunir, *in loco*, para avaliar a questão do aterro.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, até dezembro de 2009, estaremos realizando no Paraná as Conferências Municipais de Cultura e a Conferência Estadual vai eleger delegados para a Conferência Nacional de Cultura, que acontecerá em Brasília, no ano que vem, de 11 a 14 de março. É um momento importante para o Brasil e para o Paraná. Estamos articulados e faremos uma Audiência Pública na Assembleia, pela Comissão de Educação e Cultura, que presido. Falarei desse assunto amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Estamos iniciando os trabalhos do segundo semestre. Voltamos renovados. Encontrei muitos dos Parlamentares andando por este Paraná, trabalhando, ouvindo as lideranças de cada um dos Municípios que representam, realizando encontros. Vi muita gente entregando as obras, entregando ônibus de transporte escolar. Tenho a convicção de que teremos muito trabalho nesse segundo semestre, na elaboração do orçamento, que neste momento está sendo trabalhado no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento de Coordenação do Estado do Paraná. É

um orçamento que deve contemplar a continuidade das políticas públicas, em 2010, daquilo que está sendo feito por este Governo.

Qual é a grande obra deste Governo? Claro que dá para enumerar muitas obras. Acho que a grande obra mesmo são as pequenas obras, são as obras que melhoraram a vida das pessoas. Em cada uma das clínicas de atendimento a saúde da criança e da mulher, são as reformas, as ampliações, as construções das novas escolas, são obras do ponto de vista daquilo que é fundamental, como o Programa Leite das Crianças, que todos sabemos o quanto é importante para uma mãe, uma mãe de baixa renda, de uma família pobre do Estado do Paraná, poder receber o litro de leite por dia para a sua criança, com a garantia que não vai faltar aquilo que é essencial do ponto de vista dos nutrientes que a criança precisa receber, justamente na primeira infância.

Ao mesmo tempo é importante destacar que temos um Governo que aplica bem o dinheiro público. E aí vêm os questionamentos, eu entendo que a Oposição cumpre um papel importante de fazer questionamentos, mas Deputado Marcelo Rangel, o Seminário do Verbo Divino, que foi uma luta do Deputado Jocelito Canto, já está funcionando. O hospital regional de Ponta Grossa, Deputado, é a maior obra construída em Ponta Grossa, em décadas.

Sabemos que temos grandes desafios pela frente, mas esta Casa aqui tem trabalhado no sentido de promover aquilo que é essencial em relação às pessoas, e o Governador Requião pensa em quem? Pensa no Paraná, pensa no Povo, pensa nos paranaenses, e pensar nos paranaenses é realizar as obras que são essenciais na vida das pessoas. E eu fico, muitas vezes, preocupado em ver discursos que estão descolados da realidade.

Ouvi hoje o pronunciamento, primeiro desse professor em comunicação, Antonio Belinatti, depois do Líder Valdir Rossoni sobre a questão das estradas, e olha, sinceramente me envergonho de estar num Estado que tem o pedágio mais caro do Brasil. Por outro lado, eu era Deputado quando votamos aqui a criação do pedágio, e eu votei contra, porque sabia que o acordo que estava sendo feito, do Governo de então com as empreiteiras, basta ver que a empreiteira que ganhou a rodovia das praias, cento e poucos quilômetros, já faturou 950 milhões em 10 anos, dava para construir três vezes, no mínimo, a mesma rodovia duplicada novamente, mas eles continuam faturando e vão faturar no mínimo mais 14 anos.

Aliás, Deputado Péricles, V. Exa. que também tem sido lutador pelas causas de Ponta Grossa, das boas obras, do Verbo Divino, do hospital regional e tantas outras, quero propor a esta Casa uma PEC, e V. Exas. vão ver que vamos pisar no rabo do gato. Vou propor uma PEC, seguinte: que tem que constar na Constituição do Estado do Paraná um dispositivo que se um Governo quiser prorrogar o prazo de vigência do contrato com as concessionárias de pedágio do Paraná, tem que ser feito um plebiscito no Estado para ver se o povo quer ou não a

prorrogação. Mas V. Exa. vai ver, Deputado Péricles, a dificuldade que vamos ter de angariar os 33 votos para aprovar essa PEC aqui na Assembleia Legislativa.

Por isso, quero dizer o seguinte: eu sei o quanto de dificuldade temos que enfrentar para poder, de fato, fazer com que este Estado ande.

Mas olha, sinceramente, na sexta-feira última entregamos 74 ônibus lá em Siqueira Campos, para toda a região do Norte Pioneiro, e que satisfação dos Prefeitos. Vice-Prefeitos, mas mais do que tudo tínhamos lá 3 mil, 3 mil e 500 pessoas, a maior parte educadoras, educadores, enfim satisfeitos.

Primeiro o seguinte, Deputado Péricles: com a política salarial que nosso Governo tem desenvolvimento em relação ao magistério, as pessoas, claro, querem sempre mais, mas já reconhecem os dois planos que fizemos de cargos e salários para os professores e funcionários e, ao mesmo tempo, dos reajustes salariais que nós demos, muito acima da inflação. Não é à toa, alias o jornal Gazeta do Povo de hoje traz uma matéria que parece para quem olha: *Nossa Senhora, este Governo hoje está sendo massacrado*. Na verdade ao contrário, poucas vezes a Gazeta do Povo espelhou tanto a realidade de um Governo que investe naquilo que é fundamental para melhorar o serviço público, que são os recursos humanos. A verdade é que servidor público tem que ganhar salário bom mesmo, professor tem que ganhar bem, policial militar tem que ganhar bem também, além dos outros profissionais que temos nos serviços públicos essenciais à população.

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Romanelli, o Deputado que estava ao meu lado aqui, agora há pouco, o Deputado Douglas, quero informá-lo, porque ele falou que o hospital regional era uma pequena obra, só quero dizer a V. Exa. que não é uma pequena obra, aquela é uma grande obra, enfim, é uma obra maravilhosa, um hospital de cinco andares, está quase pronto, é uma maravilha. Eu, de tudo que fiz na minha vida, entre as coisas boas, erradas, acertadas, acho que aquela vai abençoar muita gente, se Deus quiser, a partir do seu funcionamento no começo do ano. Só quero dizer isso, Deputado Romanelli, é uma obra, fora as outras, mas o hospital regional, para mim, acho que não precisa falar mais nada.

Falou em hospital regional num momento de crise da Saúde, eu só tenho que agradecer, é a obra da história política dos Campos Gerais!

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado pelo aparte. Foi muito bom, no recesso, recebermos, na Escola de Governo, Deputado Péricles, a primeira turma de Medicina da UEPG. Foi tão bonito aquilo que vimos e vivenciamos. Aliás, Deputada Luciana, lá em Francisco Beltrão também

temos hospital regional novo, não é? Construído, não sei se está funcionando ou não, mas está praticamente entregue o hospital regional de Francisco Beltrão. Araucária também tem um hospital novo, não é Deputada Rosane Ferreira? Deputado Roque, mesmo com todas as críticas do funcionamento, Paranaguá também tem um hospital regional novo. Temos que melhorar todo o atendimento, mas coloco isso que é importante, porque efetivamente temos avançado muito, 42 hospitais regionais e ampliações também reformas importantíssimas como estamos fazendo no hospital regional de Santo Antônio da Platina, Norte Pioneiro, temos que construir as UTIs agora, é um grande desafio, pelo menos 10 UTIs e isso certamente vai melhorar ainda mais o atendimento do nosso Hospital Geral.

Sr. Presidente, gostaria, se me permitisse pela tolerância, de ouvir o Deputado Péricles.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Em primeiro lugar, Deputado Romanelli, quero cumprimentá-lo pela ideia. Temos que discutir a questão legal de fazer uma PEC para a renovação do pedágio. Só tenho medo que o contrato foi tão bem feito, neste ponto de vista, que talvez seja impossível impedir essa renovação. Isso me dá medo, Deputado Romanelli. É uma vergonha ouvir pessoas aqui, entusiastas do pedágio, questionar a questão das estradas do Paraná, mas acho que para saber o que o Governo Requião faz, o Governo Lula, basta olhar para as nossas Cidades.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Péricles.

Encerro por aqui, no sentido de que possamos votar, ainda em agosto, a criação do IPAGUAS, e votar a Lei Antifumo, que é uma reclamação da sociedade paranaense. Vamos banir o uso do tabaco dos ambientes coletivos públicos e privados. Temos que votar isso ainda neste mês de agosto.

Era isso, muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 038/09, subscrito pelo Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária dos dias 3 a 5 de agosto do corrente ano, por determinação médica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Mário Roque, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3669, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, justificando ausência do Deputado Ney Leprevost na Sessão do dia 3 do mês corrente, devido a resfriado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimentos nºs 3598 a 3616, 3618 e 3619, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3620 e 3623, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3635, 3636, 3663 e 3666, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3637, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3639 e 3640, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3643, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3644, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3645 a 3651, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3655, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3672, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3675, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **À Comissão Legislativa.**

Requerimentos n°s 3679 a 3682, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente. **Aprova-**
dos. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3541, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente da Sessão anterior. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para próxima Sessão, na forma regimental do artigo 155 do Regimento Interno.

Para encaminhar o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, li e reli o requerimento formulado pelo Deputado Douglas Fabrício, ele objetiva aqui informações amplas que envolvem inclusive duas áreas do Governo tanto do sistema penitenciário quanto da Secretaria da Segurança Pública.

Além dos pedidos de informação que ele pretende aqui, há formulações relativas as solicitações de providências que o Governo deva tomar em relação a determinadas ações. Além do que, há algumas das informações requeridas, que são indiscutivelmente inexatas do ponto de vista da forma com que está formulado.

Acho que ele fez isso como instrumento de provocação do debate do tema Segurança Pública, que indiscutivelmente é um tema relevante para a sociedade paranaense, e ao mesmo tempo, claro, está no dever do Parlamentar de requerer as informações. Só que sinceramente, da forma que esse requerimento está feito há aqui, uns temas encadeados que dariam espaço para se fazer aqui uma Audiência Pública ou mais, até uma Comissão Especial de Investigação sobre Segurança Pública com base nesse requerimento.

Sabemos, o Regimento desta Casa, o requerimento tem que ser com fato determinado e específico com as informações que são solicitadas.

Então, queria que o Deputado Douglas Fabrício pudesse, salve o melhor, ouvir a resposta dele e, depois, encaminhar favorável ou contrário, mas que ele pudesse reformular esse requerimento e obter as informações pontualmente, naquilo que ele considera relevante.

Agora, o requerimento dele tem 13 indagações sendo que alguns são pedidos de providência e outros na verdade, temos mais do que uma desinformação, naquilo que está sendo solicitado.

Penso que por mais que o discurso construído, sobre Segurança Pública. O discurso é muito maior do que o tamanho do problema que não é pequeno. Indiscutivelmente, da forma como ele está posto aqui, sinceramente, penso que é para promover mais desgaste político do que qualquer outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente eu ouvindo aqui o Deputado Romanelli, até tenho que parabenizá-lo. O Deputado Romanelli se esforça, aqui na Assembleia, defende o Governo, agora está defendendo a Secretaria da Segurança Pública.

Ele que dia desses, ouvi pela imprensa foi assaltado. A casa do Deputado Romanelli foi assaltada. O Deputado Romanelli mesmo assim, se esforça e vem aqui defender a Secretaria da Segurança, dizer que a Segurança está no País das maravilhas, aqui no Paraná. O que é pior, dizer que o nosso requerimento não está completo.

Tenho que discordar do Deputado Romanelli, o nosso requerimento é para chamar a atenção, buscar algumas informações que eu tenho dúvidas, e que nós aprovamos antes, lá no mês de abril. Não me recordo bem o mês correto, um convite para o Secretário da Segurança, para que ele pudesse vir aqui na Assembleia Legislativa, para discutirmos sobre Segurança Pública.

Porque aqui todos os Deputados podem contribuir com sugestões, com indagações para o Secretário para melhorar essa pasta que infelizmente não está boa no Paraná.

O nosso questionamento, o primeiro deles: quantos presos e detidos existem no Paraná? É uma resposta muito simples. É só dizer quantos presos e quantos detidos. Preso é quem já é condenado e detido é quem está para ser condenado. Quantas vagas em prisões, em casas de detenção, minipresídios, em Delegacias e afins, de competência dessa Secretaria de Estado, existem no Paraná? É só responder: são tantas vagas. Não estou vendo dificuldades nas respostas. Acontece que sou Secretário da Segurança e não sei. Como Deputado, tenho obrigação de saber para poder ajudar a Segurança do Paraná. Quantos são os locais para prisão e detenção, como quartéis, cadeias públicas e presídios no Estado? É só pegar e especificar os respectivos Municípios. São tantos locais e nesse Município. Não vejo dificuldade nenhuma. Qual é o contingente de policiais civis no Estado? Se não entendeu a palavra contingente, quer dizer quantos policiais civis tem no Estado do Paraná? Ouço dizer que no Paraná tem metade do que lá no Rio Grande do Sul, ou metade do que tem ali em Santa Catarina. Mas será que é isso mesmo ou não é? É isso que eu quero saber.

Qual é o contingente de policiais militares do Estado? Ou seja, quantos policiais militares tem no Estado do Paraná? Não vejo dificuldades. Qual é o contingente de policiais civis e militares por Município? Nós temos 399 Municípios. Vão falar: “Em Araruna tem tanto, em Roncador tem tanto, em Boa Ventura tem tanto. É só responder isso, a Secretaria tem no computador, não vejo dificuldades. Quantos policiais civis e mili-

tares desenvolvem atividades exclusivamente administrativas?

Por que quero saber isso? Porque ouço dizer que tem muitos profissionais da área de Segurança que estão na área administrativa, quando poderiam estar trabalhando no campo, ajudando a melhorar a Segurança.

Não vejo nada de errado neste requerimento.

Quero fazer um apelo ao Líder do Governo.

Srs. Deputados, nos ajudem a aprovar esse requerimento que será importante para o Paraná, para o Secretário da Segurança. O Deputado Romanelli, sei que está fazendo o papel dele, de se esforçar e defender o Governo, ele que sofreu o assalto na sua casa. Deputado, já descobriu quem assaltou sua casa? Fiquei muito chateado quando soube que assaltaram a sua casa. Não estão respeitando nem os Parlamentares mais. O povo deve ficar pensando: “Os Deputados devem ter segurança”. Assaltaram a casa do Líder do Governo. Nesse ritmo, daqui alguns dias vão assaltar a casa do Governador, a casa do Secretário da Segurança. Onde é que estamos chegando?

Por isso desse requerimento, para que possamos trabalhar para melhorar a Segurança, e encarecidamente. Deputado Romanelli, vamos aprovar esse requerimento, não tem nada de errado aqui, vai trazer mais informações a todos os Deputados evita até do Secretário vir aqui, já que ele não vem faz três meses, decerto não está querendo vir, e facilitaria muito o trabalho de todos os Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero dizer em relação à questão pessoal que o Deputado Douglas levanta. No assalto que fui vítima na minha residência, não tem nada, absolutamente, com a minha função de Líder do Governo. Fui vítima, como qualquer cidadão normal, não fui discriminado por conta de ser Parlamentar.

O requerimento, da forma como está formulado, fica impossível de ser aprovado. Queria recomendar à nossa base que votasse NÃO ao requerimento do Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Elio Rusch (DEM) (Para Encaminhar)

Com toda a honestidade, Deputado Romanelli, não vejo motivo nenhum de V. Exa., como Líder do Governo, querer encaminhar contra o pedido de informações do Deputado Douglas Fabrício.

Ora! O Deputado Douglas Fabrício pede algumas informações através da Secretaria da Segurança Pública, que entendo que são fundamentais, são importantes por demais. Alguém já disse hoje nesta Sessão que o Secretário da Segurança Pública havia anunciado uma melhoria que havia acontecido no nosso Estado.

No mesmo dia, o Jornal Nacional, todas as grandes redes de televisão, os jornais do Brasil inteiro têm noticiado que a Cidade mais violenta no Brasil, onde aconte-

cem os crimes mais hediondos, mais bárbaros, dentro daquela faixa etária, é Foz do Iguaçu, do Paraná. E não é só Foz do Iguaçu, outras Cidades também foram citadas, que estão entre as Cidades mais violentas, não do Estado, mas do Brasil. E não podemos saber algumas informações que o Deputado Douglas Fabrício requer?

Então, peço aos Srs. Deputados, independente de Oposição, Governo, mas estas informações são de fundamental importância para o Parlamento e para a sociedade do Estado do Paraná. Não vamos esperar que venha a ONU, a UNESCO, que venha sei lá quem, Segurança do Brasil, outras ONGs, fazer um levantamento para mostrar para a sociedade. Este é nosso papel. Esta é a função do Parlamento. Esta é a função dos Deputados querer saber a quantas anda a Segurança Pública, o que existe em sistema prisional, o que existe em termos de pessoas. “Não, mas, é uma questão de Segurança”.

Fomos nós que votamos a lei na Assembleia. O contingente de Soldados da Polícia Militar, nós votamos aqui na Assembleia quantos homens tem que ter na Polícia. Foi feito concurso para a Polícia Civil, que não foram contratados ainda. Foi feito concurso para a Polícia Científica, que fizeram concurso, passaram, fizeram tudo o que tinha que ser feito, e não foram contratados, ainda.

Por que não aprovar este requerimento, Srs. Deputados? Queremos saber com é que está a Segurança Pública no Estado do Paraná. Srs. Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: quem quer saber da Segurança Pública do Estado do Paraná vota a favor deste requerimento. Agora, quem quer defender o Governador do Estado do Paraná, quem quer defender os bandidos no Estado do Paraná, vota contra este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra, para encaminhar, ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)

Nobre Presidente, nobre colega Deputado Douglas Fabrício, está de parabéns pela objetividade do seu requerimento. Lembro que há poucos dias a Paraná Pesquisa, do grande empresário Murilo, fez um pesquisa na minha Cidade para saber em quem o povo pretende votar nas eleições do ano que vem, para Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, e o Murilo botou em campo uma consulta: “Qual é o maior problema que hoje aflige, faz a população de Londrina perder o sono?” Deu disparado: hoje o maior problema da população de Londrina chama-se Segurança, falta de segurança, violência.

O segundo item, pesquisa da semana passada, a irmã gêmea da violência, qual é o outro problema que está mais preocupando Londrina? O problema da proliferação das drogas.

Então, é fundamental que o Secretário venha até esta Casa, e muito mais do que vir aqui, o povo também está meio cansado, bem cansado de discursos, de teoria,

mas que sejam anunciadas medidas concretas, de aumento do efetivo da Polícia Militar, de aumento do efetivo da Polícia Civil, de melhor equipamento para a Polícia, porque tem bandido andando melhor armado que a Polícia. E um salário mais justo, mais humano para os policiais. Porque enfrentar bandido, e muitas vezes a pessoa se despede da família de manhã e não sabe que no dia seguinte estará lá numa cova, sepultado, porque morreu nas mãos de bandidos, no cumprimento do seu dever.

Então, Deputado Luiz Claudio Romanelli, com sua habilidade, é até uma oportunidade para o Secretário da Segurança mostrar que o Governo está fazendo até mais do que deveria pela Segurança.

Mas, o que tem hoje, Deputado Douglas Fabrício, não só devemos aprovar o requerimento de V. Exa., mas exigirmos, cobramos das autoridades que elas restabeleçam a segurança que os paranaenses hoje não têm. Tem muita gente, muita família perdendo o sono, dormindo mal à noite, com medo de ser vítima dessa violência que tem, inclusive, não é discurso não, é realidade, violência que tem tirado a vida de muita gente, porque tem bandido que vai assaltar, parece que ele está doido para sair no noticiário da TV, do rádio, do jornal, parece que mata pelo prazer de ver a notícia. É um clima de intranquilidade e que precisa a paz ser restabelecida, acabar com essa violência e devolver a tranquilidade que cada paranaense tem direito.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O nosso voto é favorável a esse requerimento que vai buscar informações que dizem respeito à Segurança Pública do Estado do Paraná. E só para lembrar e deixar aqui registrado, e ao mesmo tempo cobrar do Líder do Governo que já encaminhamos, há alguns meses, um requerimento pedindo informações quanto ao contingente de policiais civis e militares; e até hoje a resposta do requerimento que fizemos não chegou às nossas mãos.

O meu voto é favorável a esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Agradeço, Sr. Presidente. Eu tinha me ausentado da Sessão, estava no gabinete e ouvi pelos microfones que estamos discutindo aqui, Deputado Rangel, apenas para termos conhecimento, para trocar em miúdos, quantos policiais militares tem um determinado Município. Ora, o que tem de extraordinário? Sinceramente, não consigo acreditar que a população paranaense está vendo Parlamentares travando um duelo, deixando gente aqui em estado de loucura porque não quer aprovar um requerimento, porque eu quero saber qual é o efetivo da Polícia Militar em União da Vitória, qual é o efetivo da Polícia Militar em Palmas, qual o efetivo da Polícia Militar em Ponta Grossa, em todos os Municípios do Paraná.

Se o Secretário da Segurança não puder prestar essas informações ele não vai ganhar apenas o troféu de pior Secretário da Segurança da história do Paraná; vamos ter que instituir um outro troféu, vou deixar ao Deputado Belinati que escolha qual o troféu e o nome desse troféu, porque ele é mais criativo. Mas não acredito que estamos aqui, Deputado Elio Rusch, meu líder, que estamos discutindo isso e estamos negando esta informação ao cidadão que padece por falta de segurança.

Quero deixar aqui o meu apelo ao Líder do Governo, que tem sido tão habilidoso, tão competente, tão hábil na condução dos trabalhos aqui do Governo, nunca perdeu uma votação, ele poderá ganhar essa nossa votação, mas estará perdendo o apoio da opinião pública. Deputado Romanelli, eu muitas vezes, aqui desta tribuna, já fui Líder do Governo, incorri em erros gravíssimos aqui e me arrependo, porque manchou o meu currículo político. V. Exa. está cometendo um ato falho, que a sua história não merece. Olhando nos olhos dos servidores desta Casa, V. Exa. vai aprovar o requerimento com elogios e dar um puxão de orelha no Secretário da Segurança, porque talvez ele acorde, pois faz muito tempo que está dormindo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Disse que o requerimento não é possível ser votado, por conta da confusão que tem nos seus termos, além do que tem questões de estratégia da inteligência policial que são sigilosas e não podem ser informadas. Disse ao Deputado Rossoni para reformar o requerimento.

Nesse sentido, encaminho a nossa bancada para votar NÃO.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Se tiver qualquer informação aqui neste requerimento, que por questão de segurança, seja sigilosa, poderá responder que é sigilosa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para que todos entendam, o problema do requerimento é não ser possível informar quantos policiais civis e militares tem por Município, isso é uma informação estratégica. O item 8 eu vou ler: "Existe, no Estado, o desenvolvimento de políticas de inteligência da Polícia?"

Em caso positivo, quantas turmas, contendo quantas pessoas, e a quem é ministrado o tal tema?" Isso não é possível ser respondido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Também li o requerimento. Tenho certeza que o Secretário terá dificuldades em responder alguns dos quesitos, até por questões técnicas. Mas, a maioria das per-

guntas devem ser respondidas. As que não forem possível, que o Secretário não responda.

Tem umas quatro ou cinco que não dá para responder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Podemos aprovar o requerimento reformulado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O que é sigiloso não queremos saber.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento votem com a expressão SIM; os que forem contrário ao requerimento votem com a expressão NÃO.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, gostaria de pedir verificação de votação. Não tem 28 Deputados, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há necessidade, por favor!

Resultado: 25 Srs. Deputados.

Não há quórum para a votação dos requerimentos e nem para o prosseguimento da Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 137 e 337/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 216, 311 e 312/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 289/08 e 342/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 357/08 e Projeto de Resolução n° 015/09

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projetos de Resolução n°s 003 e 004/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati, apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 115 e 122/09 (anexados) e 375/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 110ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do

Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 538/09; 378; 456/07 (anexados) e 007/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 034/09, que foi aprovada sem observação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 112ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 225/08, 077/09, 150/09 e 158/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Tadeu Veneri e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando para a Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 227/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 292/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, João Edilson Franco Claudino, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

João Edilson Franco Claudino - Secretário

Publicações Administrativas:

Minutas de Contrato

Protocolo: 5737/09.

Objeto: Prestação de serviços de divulgação de matérias.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Documento Especial Editora e Comunicação Ltda.

Valor: R\$ 40.000,00.

Vigência: 15/07/09 à 31/12/09.

Dotação: 3390.3909

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Modalidade: Convite nº 050/09 - Protocolo 7258/09.

Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Editora Correio Paranaense Ltda.

Valor: R\$ 25.000,00 anuais.

Vigência: 15/07/09 à 31/12/09.

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Protocolo: 10.604/08

Objeto: Locação de serviços reprográficos.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Copy-Fax Suprimentos de Copiadoras e Escritório Ltda.

Valor: R\$ 0,057 por cópia.

Vigência: 02/06/09 à 01/09/09.

Dotação: 3390.3947

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

